

IGREJA NOVA VIDA
2017

CURSO DE TEOLOGIA NOVA VIDA

MÓDULO 1 TEOLOGIA E APOLOGÉTICA

UNIDADE 1 CONFIABILIDADE DAS ESCRITURAS



PALESTRAS: SAMUEL COUTINHO

VISCONDE DO RIO GRANDE, 510
RIO GRANDE, RS

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
LIÇÃO 1 – A CONFIABILIDADE DO TEXTO: A BAIXA CRÍTICA.....	5
O SÉCULO 1: A TRADIÇÃO E A ORIGEM DOS LIVROS DO NOVO TESTAMENTO	5
DO SÉCULO 2 AO SÉCULO 15: AS CÓPIAS DOS MANUSCRITOS DO NOVO TESTAMENTO.....	8
DO SÉCULO 15 AO SÉCULO 21: EDIÇÕES IMPRESSAS DO NOVO TESTAMENTO GREGO.....	10
A CRÍTICA TEXTUAL E A CONFIABILIDADE DO TEXTO	13
As Cópias: Quantidade e Antiguidade	13
As Variantes do Novo Testamento Grego	16
Exemplos de Variantes Significativas e Algumas Regras da Crítica Textual	18
CONCLUSÃO	20
LIÇÃO 2 – A CONFIABILIDADE DO CONTEÚDO: A ALTA CRÍTICA	22
A FÉ E A CRÍTICA HISTÓRICA.....	22
A METODOLOGIA	24
A Crítica da Forma: O Período da Tradição Oral	25
A Crítica da Fonte: O Período das Fontes Escritas	29
A Crítica da Redação: A Produção do Texto e o Papel do Redator	34
CONCLUSÃO	35
LIÇÃO 3 – A CONFIABILIDADE DA HISTÓRIA: O JESUS HISTÓRICO.....	36
AS TRÊS GRANDES BUSCAS DO JESUS HISTÓRICO	36
AS FONTES PARA A BUSCA DO JESUS HISTÓRICO	39
Os Textos Canônicos.....	39
Fontes Extrabíblicas.....	46
CONCLUSÃO	48
LIÇÃO 4 – A CONFIABILIDADE DA MENSAGEM JESUS OU PAULO: QUEM INVENTOU O	
CRISTIANISMO?	49
PAULO E A ORIGEM DE SEU CONHECIMENTOS SOBRE O JESUS HISTÓRICO	50
PAULO E A VIDA DE JESUS.....	52
PAULO E A MENSAGEM DE JESUS	54
CONCLUSÃO	56
APÊNDICE: LITERATURA DE APOIO.....	57
LIÇÃO 1	57
LIÇÃO 2	57
LIÇÃO 3	57
LIÇÃO 4	57

CONFIABILIDADE DAS ESCRITURAS

CURSO DE TEOLOGIA NOVA VIDA

MÓDULO 1: TEOLOGIA E APOLOGÉTICA

UNIDADE 1: CONFIABILIDADE DAS ESCRITURAS

Os cristãos não podem mais se dar ao luxo de ignorar os resultados e as especulações da ciência moderna, da filosofia e da crítica bíblica. Essas ideias estão se sedimentando na consciência comum por meio de revistas, artigos populares e até romances. Se não as conhecermos, logo nos veremos num beco intelectual, incapazes de lidar com qualquer pessoa bem informada.

Frase adaptada de John La Shell

INTRODUÇÃO

O cristianismo é uma religião que reivindica um fundamento histórico. Se a crucificação não for um evento que realmente ocorreu em algum momento da história, “e se Cristo não ressuscitou, logo é vã a nossa pregação, e também é vã a vossa fé” (1 Co 15:14). Todo o conjunto de doutrinas, sacramentos e mandamentos cristãos dependem inextricavelmente da realidade histórica dos eventos ocorridos na Palestina, no primeiro século, envolvendo um judeu chamado Jesus. E o conhecimento sobre esse Jesus e sobre esses eventos nos é acessível através das escrituras chamadas de sagradas pelos cristãos. Por isso, esse conjunto de livros (Bíblia) é tão estimado por todos aqueles que vivem dentro dos portões do cristianismo. E é por isso que os cristãos são o “povo do Livro”, porque é ao livro que eles recorrem para fundamentar sua fé e pautar sua forma de viver, mesmo sabendo que a composição dele deu-se em um contexto cultural muito distinto do atual.

Daí surge o primeiro problema: o quão confiáveis são essas “escrituras”? É possível que elas tenham sido alteradas pela Igreja ao longo dos séculos? É possível ter acesso ao texto original? O texto que temos em nossa bíblia é o texto original? Diante de uma resposta positiva a essas perguntas, surgem questões ainda mais profundas: o conteúdo do texto bíblico retrata fatos reais, ou mitos? As histórias registradas nas escrituras são realmente

verdadeiras, ou foram em algum grau manipuladas, enfeitadas e até inventadas pelos autores do novo testamento? Quem as escreveu? O quão próximo dos eventos elas foram escritas? Como podemos saber se esse tal Jesus não foi transformado em Deus por esses autores, quando na verdade ele mesmo não tinha essa pretensão?

F.F Bruce observa que “nossa cultura moderna tem muitos preconceitos com relação à religião, mas nenhum deles é tão forte como aquele que tem levado alguns a reduzirem a religião à categoria de mera opinião”.¹ Para destruir definitivamente esse preconceito, veremos a seguir as testemunhas e evidências sobre as quais podemos apoiar nossa fé nas escrituras e no Cristo ressurreto de forma plenamente razoável e justificada.

¹ Bruce, F.F. *Merece confiança o Novo Testamento?*. Tradução: Waldyr Carvalho Luz. – 3ª Ed. São Paulo: Editora Vida Nova, 2010, p. 7.

LIÇÃO 1 – A CONFIABILIDADE DO TEXTO: A BAIXA CRÍTICA

O SÉCULO 1: A TRADIÇÃO E A ORIGEM DOS LIVROS DO NOVO TESTAMENTO

Com o avanço atual das pesquisas históricas sobre Jesus, amparadas firmemente na metodologia científica e nas descobertas arqueológicas, é praticamente anticientífico negar a existência do judeu chamado Jesus, o qual viveu e atuou na palestina do primeiro século por volta do ano 30 d.C. Estudiosos sérios não dão importância para a tese de que Jesus não existiu. Aqueles que defendem tal perspectiva, acabam por ignorar as mais pesadas evidências do contrário, fazendo leituras tendenciosas demais para serem levadas a sério.²

Hoje, a cultura na qual Jesus viveu também é bem conhecida. Jesus era um judeu que atuou principalmente na região da Galileia. As descobertas arqueológicas mostraram que a região da Galileia do segundo templo, ao contrário do que se pensava anteriormente, “era tão judaica/judeana quanto a própria Judeia”.³ Dessa forma, buscar por um Jesus sempre se opondo ao judaísmo, ou caracterizá-lo como um filósofo helenista, é um erro tremendo.

A Galileia era uma sociedade oral. A taxa de alfabetização na terra de Israel no primeiro século situava-se abaixo dos 10%. Isso implica que a maioria dos seguidores de Jesus, provavelmente, eram pessoas iletradas.⁴ Dunn observa o quão difícil para nós é entender a realidade de uma cultura oral, visto que temos uma “mente literária”, acostumada por cinco séculos com os “benefícios da imprensa”. Ele argumenta:

“Sentimo-nos cómodos por saber que dispomos de livros de referência e enciclopédias que podemos consultar para obter toda sorte de informação vital. É difícil para nós imaginar uma sociedade destituída das facilidades da palavra escrita, sem livros ao alcance da mão. Nossas memórias são em geral tão inconfiáveis que mal conseguimos apreciar uma sociedade em que só se podia confiar na memória para reter informação importante. E, no entanto, é isso que

² Ver Dunn, James D. G. *Jesus, Paulo e o evangelhos*. Tradução: Nélcio Schneider. – Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017, pp. 26-27.

³ Ibid., p. 29.

⁴ Ibid., pp. 31-33.

temos que fazer quando tentamos acessar a informação que nos fornece o quadro mais claro do que Jesus realmente fez e disse”.⁵

Assim, houve um período em que a tradição sobre Jesus circulou de boca em boca. Antes que o novo testamento fosse escrito, as primeiras histórias sobre Jesus foram transmitidas de forma oral. E é correto supor que, em função da característica da própria sociedade, essa tradição se manteve íntegra em seu núcleo mais significativo, embora possa ter perdido (ou omitido) detalhes de menor importância pelo caminho.⁶ Os evangelhos e até as epístolas certamente utilizaram essa tradição oral em sua composição, e isso pode ser visto nas histórias, parábolas e ordenanças de Jesus presentes nos relatos comuns à vários livros do Novo Testamento, embora independentes e contendo diferenças nos detalhes.

Também anteriores aos evangelhos, circularam entre os primeiros cristãos outros registros escritos a respeito da vida e dos ensinamentos de Jesus (Lc 1.1-4). Esses registros eram provavelmente anotações dessas tradições orais, e talvez até memórias escritas de testemunhas oculares dos eventos. Possivelmente alguns desses registros foram utilizados como fontes dos autores do Novo Testamento. Essa hipótese explica razoavelmente bem os relatos iguais presentes em alguns evangelhos. Ela também é muito valiosa porque se for verdadeira, esses registros devem ter sido escritos muitíssimo próximo dos acontecimentos, o que traz ainda mais credibilidade com respeito à veracidade das histórias. É comum surgir alguém argumentando que os evangelhos foram escritos muito tempo depois dos eventos e esse intervalo de tempo foi o suficiente para as histórias tomarem contornos mitológicos. A plausível hipótese dos registros como fontes dos evangelhos destrói com esse argumento.⁷ Estando esses registros próximos aos eventos, não daria tempo de as histórias tomarem contornos lendários e, além disso, seria muito fácil a qualquer um contestar sua veracidade, visto que a maioria das testemunhas oculares possivelmente estivessem vivas na época em que esses registros circulavam.

Já por volta dos anos 50 d.C., cerca de 20 anos após a morte de Jesus, Paulo escreveu suas primeiras cartas.⁸ As cartas de Paulo muito cedo já circulavam entre as Igrejas. O próprio

⁵ Ibid., p. 32.

⁶ Para isso, basta ver que os relatos independentes sobre as testemunhas da ressurreição de Jesus, embora diverjam nas quantidades, concordam que as primeiras pessoas a chegarem ao túmulo vazio foram mulheres, entre as quais estava Maria.

⁷ Ainda que a hipótese sobre esses escritos não seja verdadeira, os evangelhos foram escritos enquanto testemunhas oculares ainda estavam vivas. Ver próxima página.

⁸ Das treze cartas que levam o nome de Paulo, dez foram escritas no fim de sua prisão em Roma. Gálatas (48 d.C.); 1 e 2 Tessalonicenses (50 d.C.); Filipenses (54 d.C.); 1 e 2 Coríntios (54-56 d.C.); Romanos (57 d.C.); Colossenses, Efésios e Filemom (60 d.C.) [Bruce, F.F. *Merece confiança o Novo Testamento?*. Tradução: Waldyr Carvalho Luz. – 3ª Ed. São Paulo: Editora Vida Nova, 2010, p. 20.]

apóstolo recomendava que as cartas fossem trocadas entre as congregações após serem lidas (Cl 4:16). Os evangelhos sinóticos vieram logo a seguir, entre os anos 60 e 80.⁹ Os demais livros foram escritos em data não superior ao final do primeiro século, sendo os livros de João os derradeiros (evangelho, epístolas e Apocalipse, cerca de 90 d.C.). Todos os documentos originais foram escritos em grego *koiné* (comum).

Os livros do Novo Testamento foram produzidos originalmente em papiros e pergaminhos. Os papiros eram feitos do caule de plantas aquáticas típicas das margens do Nilo (*Cyperus papyrus*), e foram utilizados até o século 8. Os pergaminhos (palavra originária de *Pérgamo*, cidade grega da Ásia Menor) eram feitos de pele de animais, geralmente de ovelha, cabra ou bezerro. Os manuscritos mais antigos que possuímos datam do século 2 (pequenos fragmentos de textos) e foram escritos em papiros. Textos completos do Novo Testamento só possuímos em pergaminhos, e os mais remotos datam do século 4.

Devido ao custo do material e o baixo índice de alfabetização, havia a preocupação com o desperdício e mau uso dos recursos. Por isso, é plausível supor o uso de escribas profissionais na confecção dos livros. Conforme Carson argumenta, “o uso desses escribas (ou amanuenses) por autores do Novo Testamento é claramente indicado em Romanos 16:22, em que Tércio se identifica como aquele que escreveu a carta” e, “embora não tenhamos como saber com certeza, parece provável que a maioria das cartas do Novo Testamento foi produzida dessa maneira”.¹⁰

A partir dos manuscritos originais, os quais não possuímos mais hoje, foram feitas cópias para circulação ainda no primeiro século. “As mais antigas cópias de cada um dos livros do Novo Testamento foram sem dúvidas feitas ou na comunidade onde foram originalmente produzidas (p. ex., se Paulo fez uma cópia extra de uma carta antes de enviá-la), ou na comunidade para a qual foram endereçadas”.¹¹

⁹ Marcos (60-65 d.C.); Lucas (60-70 d.C.); Mateus (70-80); João (90-100 d.C.).

¹⁰ Carson, D.A.; Moo, D.J.; Morris, L. *Introdução ao novo Testamento*. Tradução: Marcio Loureiro Redondo. – São Paulo: Editora Vida Nova, 1997, p. 264.

¹¹ Bruce M. Metzger, Bart D. Ehrman. *The text of the New Testament; its transmission, corruption, and restoration*. – 4ª Ed. New York: Oxford University Press, 2005, p. 275.

DO SÉCULO 2 AO SÉCULO 15: AS CÓPIAS DOS MANUSCRITOS DO NOVO TESTAMENTO

Em uma época quando ainda não havia a imprensa, a forma de distribuir e colocar os livros em circulação era copiá-los. E a forma de copiá-los era à mão, letra por letra, uma palavra por vez. Era um trabalho minucioso e demorado. Novas cópias eram feitas sempre que as comunidades necessitavam, ou que outros cristãos sentissem desejo de possuir os textos tanto para si próprios, como para suas congregações. A grande dificuldade do grego nos primeiros séculos, era que quando os livros eram copiados, não se usava pontuação, não se fazia distinção entre letras maiúsculas e minúsculas (todas as letras eram maiúsculas), e não havia espaços de separação entre as palavras (manuscritos desse tipo são chamados de *unciais*).

“Os primeiros copistas não eram profissionais treinados que faziam cópias para viver, mas simplesmente membros alfabetizados de uma congregação que tinham tempo e habilidade para fazer o trabalho. Visto que a maioria, se não todos, eram amadores na arte de copiar, uma quantidade relativamente grande de erros indubitavelmente se infiltrou em seus textos enquanto os reproduziam”.¹²

A Igreja cristã se espalhou por todo o mundo mediterrâneo, e junto com as novas congregações que nasciam, multiplicaram-se tais cópias amadoras. “Até o primeiro século, praticamente todos os livros eventualmente incluídos no Novo Testamento foram produzidos e várias cópias já estavam disponíveis em locais diferentes”.¹³ “Já no primeiro século e, principalmente, no segundo século esse número era extraordinariamente grande. Não havia como controlar esse processo de transmissão, pois não havia um lugar ou uma central que pudesse exercer tal função”.¹⁴

Obviamente que a grande quantidade de cópias produzidas por uma maioria de copistas amadores, de forma independente, gerou cópias com muitas diferenças entre si. Cada diferença entre manuscritos é chamada pelos estudiosos de *variante*. Oscar Cullmann diz o seguinte sobre as *variantes*:

“Estas resultam ora de erros involuntários: o copista saltou uma palavra, ou ao contrário, a escreveu duas vezes em seguida, ou ainda, toda uma parte de uma frase é omitida por descuido, porque se achava colocada, no manuscrito a recopiar, entre duas palavras idênticas. Ora se trata de correções voluntárias, ou o copista tomou a liberdade de corrigir o texto segundo suas ideias pessoais, ou

¹² Ibid.

¹³ Ibid.

¹⁴ Aland, Kurt; Aland, Barbara. *O texto do Novo Testamento: Introdução às edições científicas do Novo Testamento Grego bem como à teoria e prática da moderna crítica textual*. Tradução: Vilson Scholz. – Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2013, p. 303.

procura harmonizar o texto que copia com um texto paralelo, para reduzir, mais ou menos habilmente, as divergências”.¹⁵

Certamente também ocorreram corrupções de ordem dogmática e eclesiástica. Sobre esses tipos de corrupção, Kurt Aland argumenta:

“Todas as alterações substanciais introduzidas no texto do Novo Testamento (exceção feita ao assim chamado texto parafrásico) remontam ao segundo século [...] Entretanto, cada alteração abusiva na transmissão do Novo Testamento pode ser verificada ou determinada com certeza, mesmo que tenha sido feita no segundo século ou até mesmo no início do processo de transmissão. [...] a interminável, ampla e emaranhada transmissão do texto do Novo Testamento faz a função de um sismógrafo que, quanto mais a terra treme, mais mede. No nosso caso, o ‘terremoto’ é a interferência no texto: quanto mais intensa a interferência, maior o registro”.¹⁶

Como as cópias eram realizadas em quantidades grandes, em paralelo, em localidades distintas e sem interferência mútua, sempre havia ao menos uma corrente de transmissão (ampla ou estreita) que não era afetada pelas adulterações das outras correntes. Nesse aspecto, o número elevado de cópias é muito positivo pois possibilita, junto com outros princípios de crítica textual, identificar exatamente quais são os textos manipulados pelos copistas e os textos preservados.

Ainda nos primeiros séculos do cristianismo, paralela à toda essa produção de cópias dos textos gregos, também surgem as traduções dos livros do Novo Testamento para outros idiomas. “Elas apresentam a grande vantagem de serem mais antigas que os manuscritos gregos que possuímos. De fato, certas traduções que datam do século 2 foram feitas com base em manuscritos hoje perdidos e mais antigos que aqueles que acabamos de mencionar”.¹⁷ Temos muitas traduções latinas, siríacas e coptas. Além destas, também temos citações de todo o Novo Testamento que se acham espalhadas nos escritos dos pais da Igreja¹⁸ e, ainda, os lecionários antigos usados para leitura nas reuniões de culto (uma prática herdada do judaísmo).

Essa proliferação de manuscritos (cópias não profissionais e seus consequentes erros, traduções, lecionários, citações, etc) retrata bem o cenário dos três ou quatro primeiros séculos do cristianismo. Daí para frente, a medida que a Igreja foi se institucionalizando e

¹⁵ Cullmann, Oscar. *A formação do Novo Testamento*. Tradução: Bertoldo Weber. – São Leopoldo: Editora Sinodal, 1979, p. 10.

¹⁶ Aland, Kurt; Aland, Barbara. *O texto do Novo Testamento: Introdução às edições científicas do Novo Testamento Grego bem como à teoria e prática da moderna crítica textual*. Tradução: Vilson Scholz. – Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2013, p. 304.

¹⁷ Cullmann, Oscar. *A formação do Novo Testamento*. Tradução: Bertoldo Weber. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1979, p.12.

¹⁸ Ibid.

centralizando suas operações, e as escrituras sagradas ganhando cada vez mais importância no cristianismo, o serviço de reprodução também se tornava progressivamente mais profissional. Assim, quanto mais tardio o manuscrito, menor o número de erros e alterações. “É uma característica importante de nosso registro textual que as cópias mais antigas que temos dos vários livros que se tornaram o Novo Testamento variam umas das outras muito mais amplamente do que as cópias posteriores, que foram feitas em circunstâncias mais controladas na Idade Média”.¹⁹

A partir do século 9 até o século 15, surgem os manuscritos *minúsculos* (preparados em escrita minúscula e letra cursiva). Eles constituem a maioria das cópias hoje disponíveis do Novo Testamento, cerca de 2812. No entanto, apenas 10% desses documentos trazem um texto antigo e de grande valor, que pode competir com o texto dos *unciais*, inclusive com os melhores deles.²⁰

Uma grande mudança ocorreu no século 15: o alemão Johannes Gutenberg inventou a máquina de impressão, mais conhecida como imprensa, o que possibilitou a aceleração do processo de produção de livros. Os manuscritos deram lugar à impressão em série mecanizada; os custos de produção por cópia caíram significativamente; o fator humano, responsável pelos erros no processo de reprodução de textos, foi eliminado. Dessa forma, com o fim da era da produção de manuscritos, iniciou-se um novo tempo na história do Novo Testamento: a era das edições impressas.

No fim das contas, o que restou desse período foram cerca de 5500 manuscritos catalogados (96 papiros, 299 unciais, 2812 minúsculos e 2281 lecionários), o que representa o maior volume de manuscritos de referência entre todas as obras já produzidas pela humanidade.

DO SÉCULO 15 AO SÉCULO 21: EDIÇÕES IMPRESSAS DO NOVO TESTAMENTO GREGO

No século 15, o cristianismo ainda não possuía um texto grego padrão do Novo Testamento ao qual pudesse recorrer para produzir traduções confiáveis. Até então,

¹⁹ Bruce M. Metzger, Bart D. Ehrman. *The text of the New Testament; its transmission, corruption, and restoration*. 4ª Ed. New York: Oxford University Press, 2005, p. 275.

²⁰ Aland, Kurt; Aland, Barbara. *O texto do Novo Testamento: Introdução às edições científicas do Novo Testamento Grego bem como à teoria e prática da moderna crítica textual*. Tradução: Vilson Scholz. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2013, p. 148.

confiava-se plenamente nas traduções latinas antigas, principalmente na *Vulgata* de Jerônimo.

A primeira edição impressa do Novo Testamento foi publicada em latim (entre 1452 e 1456). O texto grego “só viria a ser impresso no começo do século 16, quando já haviam sido publicadas mais de cem edições da bíblia latina, pelo menos três edições do saltério grego, e não poucas traduções da bíblia ao alemão, francês, italiano, e outras línguas. Parece claro que os teólogos daquela época estavam como que satisfeitos com o texto latino do Novo Testamento. Se alguém tivesse algum interesse pelo texto grego, teria de conseguir um manuscrito”.²¹

Mas logo no início do século 16 duas edições em grego foram publicadas, e a história a partir daqui pode ser dividida em três períodos:

1. O período **não-crítico**, séculos 16 e 17: inicia-se com a conclusão da edição do Novo Testamento da Bíblia Poliglota Complutense, em 1514, do Cardeal Ximenes (obra não publicada até 1520), e com a publicação de Erasmo de Roterdã, em 1516, da primeira edição do Novo Testamento grego. “O principal defeito da primeira edição do Novo Testamento grego era, não tanto o elevado número de erros, mas o tipo de texto que aí foi apresentado. Erasmo se baseou em manuscritos dos séculos 12 e 13 que representavam o [...] Texto Majoritário, que é, dos vários tipos de textos do Novo Testamento, o mais recente e aquele de inferior qualidade”.²² O texto de Erasmo, veio a ser mais tarde conhecido por *Textus Receptus*, após a edição de Elzevir em 1633. Este texto foi aceito incondicionalmente pela Igreja durante quase 300 anos e, ainda hoje, alguns o defendem, mais baseados em crenças do que em evidências, como sendo a representação do texto original.
2. O período **pré-crítico**, séculos 17 a 19: cujo início pode ser marcado com a edição de John Fell, em 1675, “quando houve sensível progresso em relação ao texto em que Erasmo baseou sua edição do texto em cinco manuscritos ou até menos do que cinco”. John Fell “fez uso de mais de cem manuscritos gregos” além de outras versões que apareciam na Poliglota de Londres”.²³ Esse período

²¹ Ibid., p. 3.

²² Ibid., p. 5.

²³ Ibid., pp. 9-10.

estende-se até antes de 1831, quando um esforço ainda maior foi feito para se afastar do *Textus Receptus* em direção a uma forma mais antiga do texto do Novo Testamento. “Este período caracteriza-se pelo acúmulo de evidências textuais por parte dos críticos, bem como pela elaboração de teorias que viriam a ser aceitas e desenvolvidas no período posterior, repudiando completamente o texto grego majoritário do Novo Testamento, no geral expresso nas edições do período anterior”.²⁴

3. O período **crítico**, século 19 até hoje: começando com Lachmann (1831), passando por Tischendorf, Tregelles, Westcott, Hort, Eberhard Nestle, e chegando até os nossos dias, esse período marca a consolidação dos métodos da crítica textual e a valorização dos manuscritos que conservam a forma mais antiga do texto do Novo Testamento (segundo a metodologia crítica). O *Textus Receptus* foi desacreditado, de forma que o texto produzido nesse período “tem se espalhado pelo mundo através, principalmente, das edições de Nestle-Aland e da United Bible Societies (UBS). Estas são, praticamente, as únicas edições do Novo Testamento grego conhecidas acessíveis, e portanto usadas, pela grande maioria dos estudantes, teólogos, exegetas e tradutores, tanto protestantes como católicos nos últimos anos”.²⁵

O resultado de todos esses períodos da história do texto impresso e da baixa crítica foi o nascimento de três correntes manuscritológicas que sustentam tipos diferentes de textos gregos para o Novo Testamento. A primeira corrente, que é a menos significativa, sustenta o *Textus Receptus* (ou mais propriamente, a versão autorizada do Rei James). A maioria de seus defensores, geralmente associada ao fundamentalismo, confia na providência oculta de Deus e na doutrina da preservação das escrituras para fundamentar sua opinião, dispensando qualquer avaliação dos manuscritos e qualquer metodologia. Pelo fato dela apresentar inúmeras dificuldades, principalmente àquelas de ordem metodológica, essa corrente é quase que completamente desconsiderada no que tange à busca pelo texto original.

²⁴ Anglada, Paulo R. B. *A Teoria de Westcott e Hort e o Texto Grego do Novo Testamento: Um Ensaio em Manuscritologia Bíblica*. Revista Fides Reformata. Volume 1/2. São Paulo: 1996. Disponível em: http://www.mackenzie.br/fileadmin/Mantenedora/CPAJ/revista/VOLUME_I_1996__2/a_teoriam....pdf Acesso em: 12/09/2017

²⁵ Ibid.

A segunda corrente, que é na verdade um desenvolvimento da primeira, sustenta o Texto Majoritário (ou Bizantino, Tradicional, Eclesiástico, Sírio). Esse tipo de texto está amparado pela maioria dos manuscritos disponíveis do Novo Testamento, no entanto, são manuscritos mais recentes (a imensa maioria a partir do século 9). Nos manuscritos mais antigos, pouquíssimas variantes concordam com esse tipo de texto. A pressuposição básica dessa corrente é: quanto maior o número de testemunhas de uma determinada leitura, maior a probabilidade de ela ser a original. Essa corrente é ainda hoje muito aceita principalmente entre os fundamentalistas e no nível mais popular da Igreja.

A terceira corrente manuscritológica sustenta o Texto Crítico (Eclético), que é fundamentado nos princípios da crítica textual e conta com a evidência dos manuscritos mais antigos, embora em menor número do que os manuscritos do Texto Majoritário. Possui uma metodologia robusta e bem aceita entre os acadêmicos (vista mais adiante).

A maior parte das traduções recentes da Bíblia para o português, como a Nova Versão Internacional (NVI) e a Nova Tradução na Linguagem de Hoje (NTLH), a Nova Versão Transformadora (NVT) e a Almeida Revista e Atualizada (ARA), adota o Texto Crítico. Outras traduções, como a Almeida Revista e Corrigida (ARC), Almeida Corrigida e Fiel (ACF) e do Rei James (KJV), adotam o texto majoritário.

A CRÍTICA TEXTUAL E A CONFIABILIDADE DO TEXTO

Neste capítulo, veremos um pouco mais de perto a baixa crítica (crítica textual), que é a ciência que “ordena e compara os manuscritos existentes de um documento antigo com vista a reconstruir o texto original com a máxima precisão possível”.²⁶

As Cópias: Quantidade e Antiguidade

Não temos os autógrafos, assim, a matéria prima da crítica textual são as cópias manuscritas. Quanto maior o número de cópias e quanto mais antigas forem, mais confiável será o resultado da aplicação dos métodos críticos. Esses dois critérios (quantidade e antiguidade) precisam andar juntos.

A grosso modo, cópias muito distantes do original, mesmo que em grandes quantidades, tendem a representar um texto significativamente alterado, visto que são reproduções de

²⁶ Blomberg, Craig L. *Introdução aos evangelhos: Uma pesquisa abrangente sobre os 4 evangelhos*. Tradução: Sueli da Silva Saraiva. São Paulo: Editora Vida Nova, 2009, p.101.

cópias de quarta ou quinta geração (cópias de cópias de cópias de cópias, e assim por diante). Essas cópias carregam a soma de todos os desvios inseridos por cada geração de copistas. Por outro lado, ainda que um manuscrito particular seja antigo (uma cópia de segunda geração), ele também pode representar um texto muito modificado, visto que pode ter sido a reprodução de uma cópia de muito baixa qualidade (cheia de adulterações intencionais, por exemplo).

O ideal é que se tenham muitos manuscritos antigos. Dessa forma, qualquer adulteração teria de ser implementada em uma grande quantidade de manuscritos para se perpetuar, o que, dada a forma como as cópias eram realizadas antigamente, de forma totalmente independentes e descentralizadas (isto é, em regiões diferentes e por pessoas sem ligação), é altamente improvável que qualquer falsário realizaria tal feito. Assim é igualmente improvável que alguma adulteração significativa possa passar na “malha fina” da crítica textual quando vários manuscritos antigos são comparados.

“... quando um copista, ao produzir uma cópia, alterou o exemplar que tinha à sua frente, só pôde influenciar os copistas que depois dele se valeram daquele mesmo exemplar, que era um só. No entanto, desde os primórdios, houve um número enorme de manuscritos desse mesmo texto. Esses manuscritos tiveram uma vida própria, independente, e sobre esses manuscritos aquele copista não pôde exercer influência”.²⁷

A descrição de Aland é mais uma vez oportuna: “a interminável, ampla e emaranhada transmissão do texto do Novo Testamento faz a função de um sismógrafo que, quanto mais a terra treme, mais mede. No nosso caso, o ‘terremoto’ é a interferência no texto: quanto mais intensa a interferência, maior o registro”.²⁸ Ou seja, quanto maior a adulteração em relação ao texto original, diante da quantidade de manuscritos antigos independentes que possuímos, mais fácil de verificar qual é a leitura verdadeira.

É útil verificarmos agora qual é a condição do Novo Testamento (em termos de quantidade e antiguidade de manuscritos) com relação a outras obras antigas (obras clássicas). A tabela 1 apresenta dados comparativos entre os manuscritos das obras clássicas e do Novo Testamento:

AUTOR	DATA DO ORIGINAL	CÓPIA MAIS ANTIGA	INTERVALO EM ANOS	NÚMERO DE CÓPIAS
-------	---------------------	----------------------	----------------------	---------------------

²⁷ Aland, Kurt; Aland, Barbara. *O texto do Novo Testamento: Introdução às edições científicas do Novo Testamento Grego bem como à teoria e prática da moderna crítica textual*. Tradução: Vilson Scholz. – Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2013, p. 299.

²⁸ Ibid., p. 304.

CÉSAR	58-50 a.C	900 d.C	1000	10
PLATÃO (TETRALOGIAS)	427-347 a.C	900 d.C	1200	7
TÁCITO (ANAIS)	60-100 d.C	900 d.C	800	1
PLÍNIO, O JOVEM	61-113 d.C	850 d.C	750	7
TUCÍDEDES	460-400 a.C	900 d.C	1300	8
SUETÔNIO	75-100 d.C	950 d.C	800	8
HERÓDOTO	480-425 a.C	900 d.C	1300	8
SÓFOCLES	496-406 a.C	1000 d.C	1400	193
LUCRÉCIO	75-160 d.C	1200 d.C	1100	2
CÁTULO	54 a.C	1550 d.C	1600	3
EURÍPIDES	480-406 a.C	1100 d.C	1300	200
DESMÓSTOLES	383-322 a.C	1100 d.C	1300	200
ARISTÓTELES	384-322 a.C	1100 d.C	1400	49
ARISTÓFANES	450-385 a.C	900 d.C	1200	10
NOVO TESTAMENTO	50-90 d.C	130 d.C	40	5500

Tabela 1 – Comparação de Manuscritos

Existem apenas 10 bons manuscritos da obra *De Bello Gallico* de César, e o mais antigo data de aproximadamente 900 anos depois do original. Da mesma forma, existem 8 manuscritos de *As Histórias de Heródoto*, e o mais antigo data de 1300 anos depois da ocorrência dos eventos. Das obras de Aristóteles temos 49 bons manuscritos, e o mais antigo data de 1300 anos após o original. Já no caso do Novo Testamento, temos por volta de 5500 bons manuscritos catalogados, sendo que o mais antigo data de 40 anos após o original.

Entre as conclusões possíveis diante desses dados, destacam-se duas: (1) o Novo Testamento é a obra mais bem atestada e confiável de toda a literatura mundial; e (2) se o Novo Testamento não puder ser tido como confiável diante de tão grande nuvem de testemunhas, nenhuma literatura antiga pode ser sequer levada a sério.

É importante lembrar que esses cálculos levam em conta apenas manuscritos gregos do Novo Testamento, no entanto, temos ainda mais de 30 mil citações do Novo Testamento nos escritos patrísticos, e ainda as traduções antigas que as vezes são mais antigas que os próprios documentos gregos.

Foram todos esses dados que levaram o erudito F.F Bruce a declarar, apoiado em Sir Frederic Kenyon:

“O intervalo, portanto, entre as datas da composição original e a mais antiga evidência existente é tão pequena que pode ser praticamente negligenciada, e o último fundamento para qualquer dúvida de que as Escrituras nos tenham chegado às mãos substancialmente como foram escritas já caiu por terra. Tanto a autenticidade como a integridade geral dos livros do Novo Testamento podem ser consideradas como definitivamente estabelecidas”.²⁹

As Variantes do Novo Testamento Grego

Já vimos que no processo de reprodução do Novo Testamento os copistas cometeram muitos erros, ora involuntários, ora voluntários. Todas as diferenças de texto que surgem quando comparamos dois ou mais manuscritos são chamadas de variantes. Diante disto, as perguntas que devemos nos fazer são: quantas variantes existem nos manuscritos que possuímos? Quantas dessas variantes são realmente importantes e fazem diferença para o sentido do texto?

Os estudiosos estimam que existam cerca de 400.000 variantes permeando os manuscritos que possuímos. À primeira vista, esse número parece assustador, no entanto, ele deve-se à imensa quantidade de manuscritos que possuímos (gregos, traduções e citações) e ao grande número de palavras do Novo Testamento (por volta de 138 mil). Se tivéssemos apenas duas cópias do texto, o número de variantes seria mínimo.

Além do mais, esse número tão grande é enganoso. Mais importante do que se ater à quantidade, é perceber o tipo e a qualidade das variantes. A imensa maioria das variantes do Novo Testamento tratam-se de variantes “insignificantes”. Tratam-se de erros de ortografia, saltos de palavras, abreviações (*nomina sacra*), variações da grafia das palavras, leituras singulares (existem apenas em um manuscrito, por isso são desconsideradas), alteração na ordem das palavras (o que no grego não afeta o sentido), inclusão ou omissão do artigo antes de nome próprio, etc. Daniel Wallace estima que as variáveis insignificantes somem entre 80 e 90% do total. Desta maneira, uma simples soma de variantes não diz absolutamente nada sobre a confiabilidade dos manuscritos.³⁰

²⁹ Bruce, F.F. *Merece confiança o Novo Testamento?*. Tradução: Waldyr Carvalho Luz. – 3ª Ed. São Paulo: Editora Vida Nova, 2010, p. 28.

³⁰ Sobre as variáveis insignificantes e sua estimativa, ver Köstenberger, Andreas J.; Kruger, Michael J. *A heresia da ortodoxia: como o fascínio da cultura contemporânea pela diversidade está transformando nossa visão do cristianismo primitivo*. Tradução: Suzana Klassen. São Paulo: Editora Vida Nova, 2014, pp. 290-294.

Sobre as variantes que não podem ser classificadas como insignificantes e as aquelas que, em certo sentido, afetam o significado do texto (em maior ou menor grau), Köstenberger e Kruger declaram:

“... é possível concluir que esse tipo de mudança representa, de fato, um desafio para a integridade textual do Novo Testamento. Contudo, para chegar a essa conclusão, seria necessário supor que não há como determinar quais dessas variantes significativas eram originais e quais não eram. Em outras palavras, as variantes significativas seriam problemáticas *se* pudéssemos supor que todas elas são igualmente viáveis. O problema dessa suposição, porém, é que ela contradiz diretamente toda a história da crítica textual — aliás, a própria *existência* desse campo de estudo — que sempre afirmou que nem todas as variantes textuais são igualmente viáveis e que nossa metodologia pode determinar (com grau razoável de certeza) qual é o texto original. Se for esse o caso, as poucas variantes textuais “significativas” não afetam de modo considerável a integridade do Novo Testamento, porque, quando ocorrem, geralmente conseguimos identificá-las.”³¹

Não existem variantes significativas cuja leitura original não possa ser encontrada pelo método crítico. Dessa forma, é correto (e até modesto) afirmar que nenhuma doutrina central do cristianismo é afetada por qualquer variante dos manuscritos do Novo Testamento.

Iremos agora analisar algumas variantes para exemplificar a metodologia crítica, mas antes, apenas mais uma advertência àqueles que preferem desconfiar da credibilidade do texto do Novo Testamento que possuímos hoje. Embora as variantes textuais existam em grande número, o percentual de igualdade entre os manuscritos é muito superior ao percentual de desigualdade. Os estudiosos modernos, talvez influenciados pelo ceticismo da nossa cultura, tendem a valorizar demais as diferenças reais (as quais nem são tantas assim), e se esquecem de levar em conta a igualdade. Os críticos textuais Kurt e Barbara Aland retratam bem essa situação:

“De modo geral, é preciso dizer que, em se tratando de estudos sobre o texto do Novo Testamento, tanto os que são feitos por amadores quanto os que são feitos por especialistas no assunto, dá-se muito pouca atenção ao todo e ênfase demasiada nas variantes, que são as que permitem estabelecer distinções entre manuscritos e as diferentes edições do texto. Isso se aplica até mesmo aos aspectos mais especializados da crítica textual. Quando se trata, por exemplo, de determinar se um manuscrito pertence a este ou a aquele tipo de texto, sempre é fácil esquecer que o texto imperial bizantino e o texto egípcio-alexandrino — para citar dois textos que, na teoria, se encontram em extremos opostos — revelam um elevado grau de concordância, que pode chegar até a 80%! Os críticos de texto, e ainda mais os especialistas em Novo Testamento (para não

³¹ Köstenberger, Andreas J.; Kruger, Michael J. *A heresia da ortodoxia: como o fascínio da cultura contemporânea pela diversidade está transformando nossa visão do cristianismo primitivo*. Tradução: Suzana Klassen. São Paulo: Editora Vida Nova, 2014, pp. 294-295.

falar dos leigos no assunto), ficam fascinados com as diferenças e acabam esquecendo que muitas das alterações surgiram por acaso ou se devem a tendências normais dos copistas. Esquecem que as reais diferenças não são tantas assim, caso se levar em conta o quadro geral, que sempre de novo tende a ser esquecido, tendo em vista a ênfase que se dá aos detalhes”.³²

Exemplos de Variantes Significativas e Algumas Regras da Crítica Textual

Marcos 16:9-20 (O final mais longo de Marcos)

Os versículos 9-20 de Marcos são chamados de “final longo de Marcos”. Eles aparecem em mais de 90% dos manuscritos gregos. No entanto, no Códex Sinaiticus e Vaticanus o capítulo 16 de Marcos acaba no versículo 8. Igualmente, de acordo com o testemunho dos pais da Igreja Eusébio e Jerônimo, isso acontecia em inúmeros outros manuscritos. Além disso, muitas traduções antigas confirmam o final de Marcos em 16:8. Ainda, temos manuscritos do século 12 que apresentam o final no versículo 8. Isso é importante porque mostra que, embora a tradição eclesiástica já tivesse quase que totalmente abraçado o final longo de Marcos, ainda permanecia a tradição do final no versículo 8.

Alguns manuscritos que remontam a textos muito antigos trazem um final diferente para Marcos, o chamado “final curto de Marcos” em lugar do final longo. Há traduções que também apresentam o final curto de Marcos. A maioria dos manuscritos que trazem esse final mais curto, trazem junto o final longo. Há uma série de unciais que trazem a seguinte ordem: Marcos 16:1-8, “final curto” e, depois, “final longo”. O final curto de Marcos, que começa depois do verso 8, com algumas variações, é este: *“Mas elas relataram brevemente a Pedro e aos que estavam com ele tudo o que ouviram. Depois disso, o próprio Jesus enviou, através deles, de leste a oeste, a sagrada e imortal proclamação da salvação eterna”*.

“Nos primórdios, esse final em 16:8 era, claramente, um final de Marcos que tinha ampla difusão. Acabou por ser encoberto pela tradição eclesiástica. Mas não pôde ser erradicado por completo: ao contrário, de forma obstinada, ele se manteve”.³³ Segundo Aland, essa situação pode ser explicada da seguinte maneira:

“Após a disseminação do evangelho de Marcos em todas as províncias da Igreja antiga, num processo que deve ter levado algumas décadas, não deve ter demorado muito para que o final de Marcos em 16:8 fosse considerado insatisfatório. Afinal, se o evangelho termina em 16:8, relata-se o fato de que o túmulo estava vazio, mas o encontro dos discípulos com o Cristo ressuscitado,

³² Aland, Kurt; Aland, Barbara. *O texto do Novo Testamento: Introdução às edições científicas do Novo Testamento Grego bem como à teoria e prática da moderna crítica textual*. Tradução: Vilson Scholz. – Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2013, p. 29.

³³ Ibid., p. 300.

apesar de ser anunciado, não é descrito. Assim — e isso deve ter acontecido já no segundo século — tratou-se de suprir um final para o evangelho de Marcos. Com o assim chamado “final mais breve” isso foi feito de forma bastante incompleta, ou porque ele surgiu num período bem antigo, ou porque foi escrito numa comunidade cristã remota, com um nível cultural relativamente baixo. Em contrapartida, o assim chamado “final mais longo” é muito mais impactante, porque, possivelmente, surgiu numa época não tão antiga, e/ou foi escrito por alguém de nível cultural mais elevado. Esses dois finais devem ter surgido de forma independente e, com certeza, em províncias eclesiásticas diferentes. Não há dúvidas de que o final “mais longo” teve a preferência em relação ao final “mais breve” e, ao concorrer com o final “mais breve”, só poderia ter levado vantagem. Não obstante, o final “mais breve” tinha sua existência e foi copiado, não apenas onde e enquanto não se conhecia o final “mais longo”, mas também depois disso, sendo que chegou a reivindicar uma colocação antes do final “mais longo”.³⁴

João 7:53 – 8:11 (A mulher adúltera)

Essa história não está presente em nenhum manuscrito anterior ao século 5. Os manuscritos que trazem a perícopa da mulher adúltera frequentemente divergem quanto ao local em que a passagem se encontra (após Jo 7:52; após Jo 7,36; após Jo 21,25; após Lucas 21,38; e após Lucas 24,53). Vários manuscritos trazem sinais (p. ex., asteriscos) que sugerem que o copista tinha dúvidas quanto à originalidade da passagem.

Alguns críticos admitem que, embora essa passagem não seja original do evangelho de João, devido à evidência manuscrita, existe a possibilidade de que essa história remonte à uma tradição oral verdadeira sobre Jesus, cuja inclusão se deu por algum copista que conhecia a história e que achou por bem incluí-la. Essa narrativa tem elementos muito similares àqueles encontrados no texto original dos evangelhos.

1 João 5:7b-8a (Cláusula Joanina)

Em algumas traduções, o texto aparece da seguinte forma:

7 Pois há três que dão testemunho **[no céu: o Pai, a Palavra e o Espírito Santo; e estes três são um. 8 E três são os que testificam na terra]:** O Espírito, a água e o sangue, e os três são unânimes num só propósito.

O texto em ênfase aparece em poucos manuscritos (entre 8 e 10), e todos eles recentes (séc 12). Erasmo, nas 1ª e 2ª edições do seu texto (que ficou conhecido posteriormente por *Textus Receptus*), não incluiu a cláusula joanina. Porém, após sofrer fortes pressões da Igreja, ele veio a incluir o trecho em suas edições posteriores. Por isso, a passagem

³⁴ Ibid., pp. 301-302.

acabou por ser incluída na bíblia protestante do Rei James (King James Version) e por todos aqueles que adotaram o *Textus Receptus* como texto original preservado por Deus. Não há dúvidas de que essa variante não é original.

Algumas regras básicas da crítica

- 1- Por maior a que seja a quantidade de variantes de um determinado texto, somente uma pode ser a leitura original.
- 2- A leitura original será aquela que tiver a concordância dos critérios de ordem externa (variantes, qualidade do texto, comprovação nos pais da Igreja e nas traduções, etc) e de ordem interna (contexto da passagem, estilo e vocabulário, visão teológica do autor, etc).
- 3- Os critérios de ordem externa têm prioridade sobre os de ordem interna.
- 4- Não se pode fundamentar uma decisão unicamente sobre critérios de ordem interna.
- 5- A tradição grega tem peso superior aos pais e às traduções.
- 6- Manuscritos precisam ser pesados, e não contados. A qualidade de um manuscrito é mais importante do que a quantidade. É possível que uma variante conste em 90% dos manuscritos, no entanto, não se encontre nos mais antigos e melhores manuscritos.
- 7- Elaborar uma genealogia das leituras das variantes, ou seja, a partir das variantes conhecidas, verificar se existe algum tipo de influência de uma variante sobre as outras, traçando uma linha de causalidade que explique a relação entre as variantes.
- 8- A leitura mais difícil é a leitura preferível. No entanto, essa regra não deve ser aplicada de forma mecânica.
- 9- A leitura mais breve é a leitura preferível. Essa regra também não deve ser aplicada de forma mecânica.

CONCLUSÃO

Esta primeira lição buscou responder às seguintes perguntas: o quão confiáveis são essas “escrituras”? É possível que elas tenham sido alteradas pela Igreja ao longo dos séculos? É possível ter acesso ao texto original? O texto que temos em nossa bíblia é o texto original?

E de forma definitiva, agora, podemos dizer: as escrituras são confiáveis. A maior parte do texto do Novo Testamento não contém alterações. Entretanto, embora seja evidente que parte do texto fora modificada em diversas passagens, a maioria dessas alterações é insignificante e não altera o significado do texto. Aquelas modificações que têm alguma importância são, hoje, plenamente conhecidas, de forma que a leitura original pode ser determinada com alto grau de precisão. Quanto às palavras que não podem ser fixadas inequivocamente, que correspondem a cerca de não mais do que 1% das palavras do Novo Testamento, nenhuma delas é relevante para determinar qualquer doutrina cristã.

O trabalho da crítica textual confirma que ao lermos nossas bíblias estamos acessando ao material mais antigo e confiável sobre a tradição de Jesus. No entanto, isso nos leva ao próximo passo. O conteúdo do texto bíblico retrata fatos reais, ou mitos? As histórias registradas nas escrituras são realmente verdadeiras, ou foram em algum grau manipuladas, enfeitadas e até inventadas pelos autores do novo testamento? Quem as escreveu? O quão próximo dos eventos elas foram escritas? Como podemos saber se esse tal Jesus não foi transformado em Deus por esses autores, quando na verdade ele mesmo não tinha essa pretensão?

LIÇÃO 2 – A CONFIABILIDADE DO CONTEÚDO: A ALTA CRÍTICA

A FÉ E A CRÍTICA HISTÓRICA

Na lição 1 vimos que o texto do Novo Testamento é confiável. A partir daqui, até a lição 4, devemos nos voltar ao conteúdo do texto. Enquanto a crítica textual (baixa crítica) se preocupa em buscar o texto original do Novo Testamento, a crítica histórica (alta crítica) vai ainda mais longe, buscando explicar a pré-história dos escritos (tradição oral), as fontes literárias e as motivações teológicas dos autores.

Nessa lição focaremos nossos olhares em algumas disciplinas da alta crítica, principalmente a crítica da forma, da fonte e da redação. Essas ferramentas nos serão úteis nas lições posteriores, principalmente quando falarmos sobre o “Jesus Histórico” na lição 3.

A alta crítica³⁵ surge em meados do século 18, junto com o Iluminismo³⁶, com novos tipos de abordagens dos textos bíblicos. Até então, as escrituras eram geralmente interpretadas pressupondo sua inspiração divina. A tendência dos interpretes, que geralmente estavam dentro do arraial do cristianismo, era ressaltar a igualdade dos escritos, harmonizar as diferenças, confiar na autenticidade e não questionar os dogmas tradicionais sobre as narrativas. No entanto, nessa época os críticos passaram a olhar para as escrituras como um livro sujeito à investigação histórica e literária, portanto, sujeito à metodologia empregada para qualquer texto atual ou antigo.

Muitos desses críticos, desde o século 18 até hoje, por força de suas cosmovisões (racionalismo, deísmo, ceticismo e até ateísmo), adotaram certos pressupostos equivocados que acabaram por direcionar suas pesquisas e conclusões a resultados completamente céticos com respeito ao conteúdo bíblico. Em razão da “objetividade histórica”, eles rejeitaram *a priori* a possibilidade de eventos sobrenaturais, de forma que a ressurreição e os milagres foram desde o início tratados como ficção, empréstimos da

³⁵ A alta crítica está diretamente relacionada com alguns termos bem populares entre os interessados em teologia, como o “liberalismo teológico”, o método “histórico-crítico”, a “busca pelo Jesus histórico”, entre outros.

³⁶ Movimento cultural que deu origem a uma forte tendência ceticista entre a elite intelectual europeia e estabeleceu um novo paradigma de superioridade do naturalismo (métodos científicos) sobre todas as outras formas de compreensão humana (religião, filosofia, metafísica, etc.).

mitologia de outras culturas, falsificações, distúrbios psicológicos, etc. Eles também assumiram injustificadamente que os pronunciamentos de Jesus e as narrativas sobre Jesus foram manipuladas (e outras inventadas) de forma a atender objetivos e necessidades da comunidade cristã primitiva, o que levou alguns a concluir que apenas 18% dos dizeres e 16% das ações de Jesus contidas nos Evangelhos representavam algo próximo do que Jesus realmente disse ou fez.³⁷

A despeito da posição destes críticos, as disciplinas da crítica histórica não precisam partir de pressupostos tão céticos. É notável o grande número de teólogos e filósofos verdadeiramente cristãos que utilizam as ferramentas da crítica em suas abordagens das escrituras, tais como, D.A. Carson, Craig Blomberg, I. Howard Marshal, Willian Lane Craig, Joachim Jeremias, Larry Hurtado, James Dunn, F.F. Bruce, etc. Um fato surpreendente é que, embora a alta crítica tenha nascido em berço racionalista e tenha criado uma expectativa de eliminar a “superstição religiosa” ligada à tradição da bíblia, o que vemos hoje é que as ferramentas da crítica tem sido usadas pelos crentes em Jesus para defender (com êxito) a autenticidade, originalidade e fidelidade das narrativas cristãs. Craig Blomberg, em seu livro *Introdução aos Evangelhos*, diz o seguinte:

“Se os leitores quiserem saber se toda essa ‘crítica’ é de fato compatível com a crença nos evangelhos como livros inspirados, a resposta é decididamente sim. É claro que devemos examinar com muito cuidado os específicos usos de cada método por seus pesquisadores, pois às vezes muito ‘joio’ está misturado com ‘trigo’. No entanto os princípios básicos não apenas são sólidos, mas são necessários para que se possa crer na precisão da descrição de Lucas, conforme ele escreveu. [...] A crítica do evangelho não é em essência uma alternativa à crença na inspiração dos textos, embora ela tenha sido usada desse modo por alguns críticos radicais. Ao contrário, trata-se de um estudo sobre os meios humanos ordinários usados para a redação daquilo que o Espírito de Deus determinou, de modo a assegurar que o produto final tenha sido exatamente o que Deus desejou comunicar a seu povo (cf. 2Pe 1.21)”.³⁸

No Novo Testamento, a crítica histórica está principalmente ligada aos quatro evangelhos, afinal de contas, são eles quem testemunham dos eventos históricos relacionados a Jesus, os quais são o fundamento da fé cristã. Isso é bem claro no movimento que ficou conhecido como “A busca pelo Jesus histórico”. Na verdade, o desenvolvimento das ferramentas da alta crítica está inextricavelmente ligado à pesquisa

³⁷ Blomberg, Craig L. *Questões cruciais do Novo Testamento*. Tradução: Degmar Ribas. Rio de Janeiro: CPAD, 2010, p.15.

³⁸ Blomberg, Craig L. *Introdução aos evangelhos: Uma pesquisa abrangente sobre os 4 evangelhos*. Tradução: Sueli da Silva Saraiva. São Paulo: Editora Vida Nova, 2009, p.110.

do personagem histórico de Jesus.³⁹ Por isso, focaremos o nosso estudo da metodologia crítica aplicada aos evangelhos.

A METODOLOGIA

A crítica histórica da bíblia pode ser subdividida em três abordagens distintas que, de certa forma, seguem a ordem sequencial da formação do texto do Novo Testamento⁴⁰. A primeira abordagem é a *crítica da forma*, que foca o estudo no período da tradição oral. A segunda é a *crítica da fonte*, que se interessa principalmente pelas fontes escritas utilizadas para a composição dos evangelhos. A terceira é a *crítica da redação*, que foca o interesse nas intenções e motivações literárias e teológicas do autor.

O próprio evangelista Lucas parece reconhecer estas três abordagens na produção de seu evangelho:

Muitos já se dedicaram a elaborar um relato dos fatos que se cumpriram entre nós, conforme nos foram transmitidos por aqueles que desde o início foram testemunhas oculares e servos da palavra. Eu mesmo investiguei tudo cuidadosamente, desde o começo, e decidi escrever-te um relato ordenado, ó excelentíssimo Teófilo, para que tenhas a certeza das coisas que te foram ensinadas. (Lc 1.1-4)

Os fatos que *foram transmitidos* por *testemunhas oculares* são a tradição oral, e são o alvo da crítica da forma. Lucas diz que *muitos já se dedicaram a elaborar um relato dos fatos* (nós podemos perguntar se isso é uma referência a Marcos, Mateus e/ou Q?) e que ele *investigou tudo cuidadosamente* e *decidiu escrever um relato* com base nessa investigação. Encontrar essas fontes escritas que foram utilizadas pelos evangelistas é o alvo da crítica da fonte. E o evangelista ainda diz que decidiu escrever um *relato ordenado* com o objetivo de que o leitor tivesse *certeza das coisas que foram ensinadas*, o que indica que, primeiro, Lucas dispôs os fatos em uma ordem que julgou ser a melhor e, segundo, indica que existe uma determinada intenção do autor em redigir esse relato. Encontrar os motivos para Lucas registrar os eventos que registrou, na sequência que registrou, suas intenções e nuances literárias e teológicas é o objetivo da crítica da redação.

³⁹ Detalharemos a busca pelo Jesus histórico na lição 3.

⁴⁰ Embora a crítica da forma foque em um período anterior à produção da escrita, em termos de antiguidade da ferramenta metodológica, a crítica da fonte é a mais antiga, depois a crítica da forma e, por último, a crítica da redação.

A Crítica da Forma: O Período da Tradição Oral

O problema que temos é o seguinte: o Novo Testamento apresenta textos que certamente foram redigidos pelo apóstolo Paulo, de forma que não temos dúvida quanto ao que ele realmente disse. No entanto, não possuímos escritos diretos do próprio Jesus. Tudo o que temos são relatos de terceiros (testemunhas oculares ou não) sobre o que ele disse e fez. É bem possível que a tradição oral sobre Jesus foi a única fonte de informação após a crucificação por cerca de 20 ou 30 anos até o surgimento do registro escrito⁴¹. É facilmente verificável que o longo processo da tradição oral permitiu a influência da igreja na maneira como a tradição foi transmitida, basta olhar para as diferentes tendências teológicas dos evangelistas.

Além disso, o idioma que Jesus falava era o aramaico (e talvez dominasse o hebraico cf. Lc 4.16-19), porém os registros escritos foram compilados em grego *koiné*. As próprias escolhas na tradução do aramaico para o grego carregam naturalmente as limitações do idioma e as diferenças entre as línguas. Dessa forma, é perfeitamente compreensível que a tradição que circulou na língua grega sobre Jesus carregou sensíveis diferenças em relação à tradição aramaica inicial.

Então, a pergunta que deve ser feita é: *as fontes que dispomos, produzidas a partir da tradição oral, possibilitam estabelecer com razoável grau de confiabilidade as ideias fundamentais da pregação de Jesus e a realidade dos fatos históricos?*

A crítica da forma pretende prover as ferramentas necessárias para responder a essa pergunta.

Os principais responsáveis pelo desenvolvimento da crítica da forma foram Karl L. Schmidt, Martin Dibelius e Rudolf Bultmann, no início do século 20. Os princípios que eles compartilhavam, que vieram a se tornar as ferramentas principais da crítica da forma, são:

- (1) Os relatos dos ditos e fatos sobre Jesus circulavam, na fase da tradição oral, em pequenas unidades independentes (perícopes). Cada unidade independente era transmitida em determinada “forma” (daí o nome crítica da forma), como

⁴¹ Isso não descarta a possibilidade de que pequenos fragmentos escritos tenham circulado imediatamente após a morte de Cristo com alguns pronunciamentos curtos, parábolas e até eventos da vida de Jesus. Mas o material mais completo seguiu através da tradição oral.

parábolas, pronunciamentos (frases curtas), milagres, declarações (ensinos mais amplos) e histórias.

- (2) Cada forma possibilita a determinação de sua “situação vivencial” (*Sitz im Leben*). Cada forma surge de acordo com as condições e necessidades da comunidade cristã primitiva. Por exemplo, as narrativas de milagres surgiam de necessidade apologética e os pronunciamentos da pregação popular.
- (3) Ao longo do processo de transmissão da tradição oral, a igreja adaptou as declarações e histórias de forma a atender suas novas necessidades. A partir desse ponto, passamos da empreitada literária “para um conceito mais amplo da crítica da forma, em que se fazem juízos históricos que, de modo geral, não são fruto da disciplina como tal”.⁴²
- (4) A tradição oral segue, em geral, determinadas tendências (ou padrões) verificáveis na transmissão. As pessoas tendem a encompridar os relatos, acrescentar detalhes, conformá-los cada vez mais ao seu próprio linguajar e preservar somente o que se harmoniza com suas necessidades e crenças. Como veremos a seguir, essas tendências contribuem para fazer juízo quanto à probabilidade de um registro ser original e verdadeiro, mas, por outro lado, não permitem concluir sobre a inautenticidade de um evento.

Avaliando a crítica da forma e seus princípios gerais, Carson argumenta:

“O ceticismo histórico, que caracteriza muitos dos mais proeminentes críticos da forma, deu à própria crítica da forma a fama de atacar a historicidade dos evangelhos. Mas, conforme propusemos acima, esse não é necessariamente o caso. Como disciplina literária, a crítica da forma não pressupõe nenhum juízo a priori sobre a historicidade do material que analisa. Ademais, muitas das pressuposições em que se baseia a crítica da forma parecem ser válidas: houve de fato um período de transmissão basicamente oral do material evangélico; grande parte desse material provavelmente se compunha de unidades pequenas; é provável que esse material tendesse a uma forma padrão; e, sem dúvida alguma, a igreja primitiva influenciou a maneira como esse material foi transmitido”.⁴³

Os mais importantes críticos da forma cometeram o erro primário de pressupor suas conclusões⁴⁴ quando deliberaram contra a veracidade dos evangelhos. Partindo de suposições como a rejeição do sobrenatural, a interferência desfiguradora da igreja na

⁴² Carson, D.A.; Moo, D.J.; Morris, L. *Introdução ao novo testamento*. Tradução: Marcio Loureiro Redondo. – São Paulo: Editora Vida Nova, 1997, p. 24.

⁴³ Ibid., p. 25.

⁴⁴ Uma falácia lógica conhecida como *petição de princípio*.

tradição oral e a invenção pela igreja das histórias em função das suas necessidades, eles só poderiam chegar às conclusões de que as narrativas de eventos sobrenaturais eram falsas, que Jesus não disse o que as escrituras dizem que ele disse e que as histórias sobre Jesus eram em sua maioria mentirosas. No entanto, quando a crítica da forma parte de pressupostos adequados, ela na verdade mostra-se muito útil na confirmação da veracidade dos evangelhos.

Pressupostos corretos, ou no mínimo justos, passam pelas considerações a seguir:

- (a) Primeiramente, não devemos excluir a possibilidade de uma ação sobrenatural. Devemos estar abertos ao resultado para o qual as evidências apontam. Se nossa investigação, em última análise, aponta para eventos mais plausivelmente explicados por um milagre, não precisamos buscar uma explicação anti-sobrenatural menos plausível.
- (b) Em segundo lugar, não podemos fazer juízos históricos *a priori* das narrativas. Em outras palavras, a investigação deve iniciar sem pressupor a autenticidade ou a falsidade de uma narrativa.
- (c) Em terceiro lugar, as tendências ou padrões da tradição oral (item 4 da metodologia da crítica da forma) servem para aumentar a probabilidade de autenticidade de um relato, e não para atestar sua falsidade. Por exemplo, segundo um dos padrões da tradição oral, as pessoas tendem, com o tempo, a conformar um relato ao seu próprio linguajar, de forma que, se pudermos provar que o linguajar de determinada tradição oral que circulou na igreja primitiva é diferente do linguajar ao que estavam habituados, isso aumenta a probabilidade de a tradição ser autêntica. No entanto, se o linguajar for semelhante ao da igreja primitiva, isso não significa que o relato não seja original, visto que a linguagem da igreja pode ter sido moldada exatamente por conta da tradição em questão.

Antes de continuar, é importante também mencionar algumas outras ferramentas de análise histórica e conclusões lógicas que emergem dos padrões da tradição oral e que serão utilizadas em nossas futuras investigações:

- ✓ Se algum relato mostra-se congruente com fatos históricos bem estabelecidos, a probabilidade de autenticidade aumenta. Por exemplo, é um fato histórico bem estabelecido que Pôncio Pilatos foi governador da província romana da Judéia entre 26 e 36 d.C. Também é um fato bem estabelecido pela arqueologia que as

penas capitais romanas incluíam crucificações. Neste caso, os relatos bíblicos da condenação de Jesus à crucificação, sob o julgamento de Pôncio Pilatos aproximadamente em 30 d.C, se encaixam perfeitamente com fatos históricos reconhecidos. Dessa forma, esses relatos se tornam mais críveis pois demonstram *congruência histórica* com fatos históricos bem estabelecidos.

- ✓ Quando possuímos a mesma tradição registrada por autores independentes e remotos (antigos), a probabilidade de autenticidade aumenta. Os padrões da transmissão oral dizem que as pessoas tendem a aumentar e conformar uma tradição conforme suas necessidades. No entanto, quando possuímos tradições que correram paralelamente e foram registradas em por autores independentes e antigos, isso indica que a tradição não foi manipulada. Assim, o registro de fontes primitivas e independentes confere maior grau de confiança a um relato.
- ✓ Quando um relato é constrangedor para a igreja primitiva, a probabilidade de autenticidade aumenta. O padrão de tradição oral diz que a transmissão tende a preservar somente o que se harmoniza com as necessidades e crenças da comunidade. Assim, se um relato não se harmoniza com as necessidades e crenças, mas pelo contrário, vai de encontro com o que a comunidade defende, a probabilidade de a transmissão ter alterado o relato diminui, e a confiabilidade aumenta. Por exemplo, em Mateus 24:36 Jesus diz que “Quanto ao dia e à hora ninguém sabe, nem os anjos dos céus, nem o Filho, senão somente o Pai”. Esse dito é constrangedor, visto que aparentemente vai contra a crença da igreja primitiva sobre a divindade do Filho. A igreja poderia ter muito bem conformado o relato às suas crenças, mas não o fez. Assim, o constrangimento advoga em favor da veracidade do texto.
- ✓ Quando uma narrativa não se assemelha às formas da cultura e mentalidade judaica, ou da mentalidade da comunidade cristã primitiva, a probabilidade de autenticidade aumenta. Por exemplo, o caso da ressurreição. Não existe, no pensamento judaico, ressurreição antes do fim do mundo. Tampouco existe paralelo nas culturas adjacentes um caso de ressurreição corporal como o de Jesus. Isso corrobora em aumentar a probabilidade de o relato ser verdadeiro, visto que a comunidade cristã não teve onde buscar o paralelo.
- ✓ Quando um dito preserva traços semitas (palavras em aramaico ou expressões idiomáticas da cultura de Jesus), a probabilidade de autenticidade aumenta. Os semitismos remontam a um período muitíssimo primitivo, visto que, na fase de

composição do Novo Testamento, a igreja já se encontrava sob a influência do helenismo. É notório como a tradição se “comportou muito discretamente na helenização das palavras de Jesus. Essa reserva, nascida do respeito para com o *Kyrios*, fica evidente especialmente no caso de Lucas, no qual os ditos com traços semíticos se destacam notoriamente dentro do quadro do grego apurado que os envolve”.⁴⁵

A Crítica da Fonte: O Período das Fontes Escritas

É possível que bem cedo no cristianismo, correndo paralelamente à tradição oral, tenham circulado alguns pequenos fragmentos escritos de pronunciamentos e eventos relacionados a Jesus. “Mas é provável que só mais tarde um período de transmissão predominantemente oral abriu espaço para um período em que começaram a ser elaborados corpos mais substanciais de tradição escrita, num processo que acabou conduzindo aos evangelhos canônicos”.⁴⁶ A crítica da fonte trabalha exatamente nesse período de composição dos evangelhos até o produto acabado, investigando quais as fontes foram utilizadas por cada um dos autores.

Quando analisamos a narrativa dos quatro evangelhos paralelamente, certos fatos surpreendentes são observados. O primeiro deles é a imensa semelhança entre as narrativas dos três primeiros evangelhos (Mateus, Marcos e Lucas). Devido a essa grande semelhança, é possível dispor tais evangelhos em três colunas, lado a lado, e “vê-los juntos” (*synopsis*, do grego συν, “*syn*”=junto e οψις, “*opsis*”=ver). Por isso eles são chamados de evangelhos *sinóticos*.

O segundo fato surpreendente é a profunda diferença entre a narrativa de João e dos evangelhos sinóticos. Naqueles poucos casos em que João compartilha do texto do sinóticos, ele ainda assim difere deles tão significativamente nas palavras que é muito difícil colocar os textos em colunas paralelas. O terceiro fato é o que veio a ser chamado de “o problema sinótico”. O problema sinótico refere-se à interdependência literária que pode ser observada nos evangelhos sinóticos e também descreve o estudo e as teorias que visam explicar essa interdependência.

⁴⁵ Jeremias, Joachim. *Teologia do Novo Testamento*. Tradução: João Rezende Costa. São Paulo: Editora Agnus, 2008, p. 32.

⁴⁶ Carson, D.A.; Moo, D.J.; Morris, L. *Introdução ao novo testamento*. Tradução: Marcio Loureiro Redondo. – São Paulo: Editora Vida Nova, 1997, p. 28.

Há um consenso entre os estudiosos de que os evangelhos sinóticos compartilham de algum relacionamento literário. Esse consenso está baseado no acordo substancial da sequência dos eventos e da linguagem entre os evangelhos de Mateus, Marcos e Lucas. O intrigante é que existem “níveis” de relacionamento diferentes para diferentes narrativas. Algumas apresentam um fraseado idêntico. Outras, embora o texto se refira ao mesmo evento ou pronunciamento, apresentam um fraseado bem diferente. O quadro abaixo mostra três exemplos de textos: dois com fraseado idêntico e um com fraseado diferente. O primeiro texto é o pronunciamento de Jesus sobre o custo do discipulado. O segundo, a parábola da figueira. O terceiro, a disputa sobre quem é o maior. As igualdades são enfatizadas com fundo de letra diferente.

MATEUS 16.24-26	MARCOS 8.34-37	LUCAS 9.23-25
Então Jesus disse aos seus discípulos: "Se alguém quiser acompanhar-me, negue-se a si mesmo, tome a sua cruz e siga-me. Pois quem quiser salvar a sua vida, a perderá, mas quem perder a vida por minha causa, a encontrará. Pois, que adiantará ao homem ganhar o mundo inteiro e perder a sua alma? Ou, o que o homem poderá dar em troca de sua alma?"	Então ele chamou a multidão e os discípulos e disse: "Se alguém quiser acompanhar-me, negue-se a si mesmo, tome a sua cruz e siga-me. Pois quem quiser salvar a sua vida, a perderá, mas quem perder a vida por minha causa e pelo evangelho, a salvará. Pois, que adianta ao homem ganhar o mundo inteiro e perder a sua alma? Ou, o que o homem poderia dar em troca de sua alma?"	Jesus dizia a todos: "Se alguém quiser acompanhar-me, negue-se a si mesmo, tome diariamente a sua cruz e siga-me. Pois quem quiser salvar a sua vida a perderá; mas quem perder a vida por minha causa, este a salvará. Pois que adianta ao homem ganhar o mundo inteiro, e perder-se ou destruir a si mesmo?"
MATEUS 24.32-36	MARCOS 13.28-32	LUCAS 21.29-33
"Aprendam a lição da figueira: quando seus ramos se renovam e suas folhas começam a brotar, vocês sabem que o verão está próximo. Assim também, quando virem todas estas coisas, saibam que ele está próximo, às portas. Eu lhes asseguro que não passará esta geração até que todas essas coisas aconteçam. O céu e a terra passarão, mas as minhas palavras jamais passarão". "Quanto ao dia e à hora ninguém sabe, nem os anjos dos céus, nem o Filho, senão somente o Pai."	"Aprendam a lição da figueira: quando seus ramos se renovam e suas folhas começam a brotar, vocês sabem que o verão está próximo. Assim também, quando virem estas coisas acontecendo, saibam que ele está próximo, às portas. Eu lhes asseguro que não passará esta geração até que todas essas coisas aconteçam. O céu e a terra passarão, mas as minhas palavras jamais passarão". "Quanto ao dia e à hora ninguém sabe, nem os anjos no céu, nem o Filho, senão somente o Pai."	Ele lhes contou esta parábola: "Observem a figueira e todas as árvores. Quando elas brotam, vocês mesmos percebem e sabem que o verão está próximo. Assim também, quando virem estas coisas acontecendo, saibam que o Reino de Deus está próximo. "Eu lhes asseguro que não passará esta geração até que todas essas coisas aconteçam. O céu e a terra passarão, mas as minhas palavras jamais passarão."
MATEUS 18:1-5	MARCOS 9.33-37	LUCAS 9.46-48

Naquele momento os discípulos chegaram a Jesus e perguntaram: "Quem é o maior no Reino dos céus?" Chamando uma criança, colocou-a no meio deles, e disse: "Eu lhes asseguro que, a não ser que vocês se convertam e se tornem como crianças, jamais entrarão no Reino dos céus. Portanto, quem se faz humilde como esta criança, este é o maior no Reino dos céus. "Quem recebe uma destas crianças em meu nome, está me recebendo."

E chegaram a Cafarnaum. Quando ele estava em casa, perguntou-lhes: "O que vocês estavam discutindo no caminho?" Mas eles guardaram silêncio, porque no caminho haviam discutido sobre quem era o maior. Assentando-se, Jesus chamou os Doze e disse: "Se alguém quiser ser o primeiro, será o último, e servo de todos". E, tomando uma criança, colocou-a no meio deles. Pegando-a nos braços, disse-lhes: "Quem recebe uma destas crianças em meu nome, está me recebendo; e quem me recebe, não está apenas me recebendo, mas também àquele que me enviou".

Começou uma discussão entre os discípulos, acerca de qual deles seria o maior. Jesus, conhecendo os seus pensamentos, tomou uma criança e a colocou em pé, a seu lado. Então lhes disse: "Quem recebe esta criança em meu nome, está me recebendo; e quem me recebe, está recebendo aquele que me enviou. Pois aquele que entre vocês for o menor, este será o maior".

Abaixo segue um quadro onde o paralelismo sequencial dos eventos fica evidente:

PASSAGEM	MATEUS	MARCOS	LUCAS
Pedro reconhece Jesus como filho de Deus	16:13-20	8:27-30	9:18-21
Jesus anuncia a paixão	16:21-23	8:31-33	09:22
Condições do discipulado	16:24-28	8:34 - 9:1	9:23-27
Transfiguração	17:1-9	9:2-9	9:28-36
Sobre Elias	17:10-13	9:11-13	
Cura dum menino epilético	17:14-21	9:14-29	9:37-43
Segundo anúncio da paixão	17:22-23	9:30-32	9:43-45
O Maior no reino dos céus	18:1-5	9:33-37	9:46-48
Jesus põe os discípulos de sobreaviso	18:6-9	9:42-48	

Como podem esses evangelhos apresentar um acordo sequencial, mesmo nos casos em que os eventos não estão em uma relação de causa e efeito cronológica? Como podem textos de autores diferentes descreverem histórias com fraseados iguais? E como podem estes mesmos livros descreverem outras histórias com fraseados tão diferentes? Enfim, como explicar as igualdades? E como explicar as diferenças? Antes de responder, vejamos outros dados interessantes.

Como vimos no quadro anterior, existem certas narrativas e pronunciamentos que estão presentes nos três evangelhos sinóticos. Esse material é comumente chamado de *tradição tripla*. A quantificação dessa tradição varia entre os estudiosos, mas podemos considerar algo perto de 480 versículos.

Existe, também, certo material significativo comum apenas a Mateus e Lucas, e ausente em Marcos. Esse material é chamado de *tradição dupla* e é composto por

aproximadamente 250 versículos. Na tradição dupla também existem textos com fraseado idêntico e textos, relacionados aos mesmos temas, com fraseado distinto. Abaixo seguem dois exemplos. O primeiro, que é o lamento de Jesus sobre Jerusalém, apresenta um fraseado idêntico. O segundo, que é a exortação sobre o oferecer a outra face, apresenta um fraseado diferente.

MATEUS 23.37-39	LUCAS 13:34-35
"Jerusalém, Jerusalém, você, que mata os profetas e apedreja os que lhe são enviados! Quantas vezes eu quis reunir os seus filhos, como a galinha reúne os seus pintinhos debaixo das suas asas, mas vocês não quiseram. Eis que a casa de vocês ficará deserta. Pois eu lhes digo que vocês não me verão desde agora, até que digam: 'Bendito é o que vem em nome do Senhor'".	"Jerusalém, Jerusalém, você, que mata os profetas e apedrejas os que lhe são enviados! Quantas vezes eu quis reunir os seus filhos, como a galinha reúne os seus pintinhos debaixo das suas asas, mas vocês não quiseram! Eis que a casa de vocês ficará deserta. Eu lhes digo que vocês não me verão mais até que digam: 'Bendito o que vem em nome do Senhor'".
MATEUS 5.39b-42	LUCAS 6.29-30
Se alguém o ferir na face direita, ofereça-lhe também a outra. E se alguém quiser processá-lo e tirar-lhe a túnica, deixe que leve também a capa. Se alguém o forçar a caminhar com ele uma milha, vá com ele duas. Dê a quem lhe pede, e não volte as costas àquele que deseja pedir-lhe algo emprestado".	Se alguém lhe bater numa face, ofereça-lhe também a outra. Se alguém lhe tirar a capa, não o impeça de tirar-lhe a túnica. Dê a todo o que lhe pedir, e se alguém tirar o que pertence a você, não lhe exija que o devolva.

Além da tradição tripla e da tradição dupla, temos a *tradição simples*, que refere-se a textos exclusivos de Marcos (cerca de 35 versículos), exclusivos de Mateus (cerca de 330 versículos) e exclusivos de Lucas (cerca de 500). Outros dados interessantes são: cerca de 92% do evangelho de Marcos está contido em Mateus e Lucas; dos 661 versículos do evangelho de Marcos, cerca de 600 são encontrados nos outros dois; cerca de 606 versículos de Marcos estão contidos em Mateus, sendo que pelo menos 500 são mais aproximados; cerca de 350 versículos de Marcos estão em Lucas, sendo que destes, 24 não estão em Mateus.

Chamamos de "problema sinótico" as implicações resultantes desse conjunto de informações sobre os três primeiros evangelhos e às tentativas de explicá-las. Os estudiosos têm elaborado algumas teorias para explicar o relacionamento entre os evangelhos sinóticos. Abaixo, apresentaremos aquela que é mais aceita pelos especialistas.

A principal teoria é conhecida como "a hipótese das duas fontes". Primeiramente, precisamos explicar a *tradição tripla* que possui fraseado e sequência comuns. A hipótese das duas fontes postula que um dos evangelhos serviu de base para os outros dois. A primazia tem sido atribuída a Marcos por vários motivos:

- I. Marcos tem 661 versículos, dos quais cerca de 92% se encontram reproduzidos nos outros evangelhos sinóticos muitas vezes em fraseado quase idêntico. “Pouquíssima coisa em Marcos não é reproduzida em Mateus e Lucas [...]. A não ser que Marcos tenha sido o primeiro a escrever, por que ele perderia tempo com tão pouco material inédito ou diferenciado?”⁴⁷
- II. As narrativas da tradição tripla são geralmente mais completas em Marcos. Por exemplo, Marcos, para contar as histórias do Endemoninhado Gadareno, da filha de Jairo, e da Alimentação dos cinco mil, emprega respectivamente 325, 374 e 235 palavras; Mateus emprega 136, 135 e 157 palavras.
- III. No que diz respeito ao paralelismo verbal nas passagens da tradição tripla, Marcos normalmente é a via média entre os sinóticos. Ou seja, Marcos concorda com Mateus em oposição a Lucas, ou então Marcos concorda com Lucas em oposição a Mateus.
- IV. A sequência dos eventos de Marcos é geralmente suportada por Mateus e Lucas. Quando um deles se afasta de Marcos, o outro segue concordando com Marcos.
- V. Marcos narra detalhes embaraçosos que os outros evangelhos omitem ou reformulam. Ver, por exemplo, a resposta de Jesus ao jovem rico em Marcos 10.18 e Mateus 19.17.

Em segundo lugar, precisamos explicar a *tradição dupla*. A hipótese das duas fontes postula que os dois evangelhos, Mateus e Lucas, copiaram a tradição dupla de uma fonte escrita comum (ou várias fontes comuns) normalmente denominada Q (do alemão *Quelle* = fonte). Supor a existência de uma fonte comum explicaria muito bem o fraseado idêntico encontrado em vários textos da tradição dupla. No entanto, por que não supor que um evangelista tenha se baseado no outro? Primeiro, porque é difícil compreender o motivo pelo qual Lucas, por exemplo, possuindo o evangelho de Mateus, utilizaria tão pequena quantidade de material e, ainda, manteria relatos tão diferentes sem tentar harmonizá-los (como no caso do nascimento de Jesus). Segundo, ora Mateus parece conservar a forma mais primitiva do texto, ora Lucas; o que indica que os dois possuíam uma mesma fonte e a adaptaram cada um à sua maneira.

Para encerrar, precisamos explicar o material exclusivo (tradição simples) de cada evangelho. Mateus e Lucas tiveram acesso a tradições, orais ou escritas, transmitidas de forma independente. Como ambos possuíam Marcos, parece razoável supor que eles selecionaram o material para

⁴⁷ Blomberg, Craig L. *Introdução aos evangelhos: Uma pesquisa abrangente sobre os 4 evangelhos*. Tradução: Sueli da Silva Saraiva. São Paulo: Editora Vida Nova, 2009, p.120.

reprodução, escolhendo não utilizar partes de Marcos. Parece haver uma exceção apenas, a saber, o trecho de Marcos 6.45 a 8.26, que Lucas omite completamente. É possível que o manuscrito que Lucas teve acesso tenha perdido as páginas referentes a esse trecho.

A Crítica da Redação: A Produção do Texto e o Papel do Redator

Cada autor de evangelho tem sua ênfase redacional. Ambos evangelistas utilizaram fontes comuns e fontes distintas. Ao observarmos os textos de fonte comum, percebemos que cada autor adaptou as perícopes conforme lhe pareceu melhor, adicionando elementos como introdução, conectivos, resumos, conclusões, contextos, etc.

A crítica da redação, procura reconstruir o papel do redator, ou seja, como e porque os evangelistas adaptaram (ou não) os textos de suas fontes. Como Marcos foi uma das fontes de Mateus e Lucas, podemos aplicar essa metodologia verificando como esses últimos adaptaram o texto primitivo.

A grosso modo, o processo pode ser dividido em dois: análise vertical e análise horizontal. A análise horizontal coloca as tradições comuns em colunas paralelas e verifica quais as diferenças, igualdades e ênfases de cada redator, a partir da fonte (nesse caso, Marcos). A análise vertical busca encontrar se a ênfase em um texto é também um ponto comum a todo o material de determinado evangelista.

No exemplo abaixo, considerando Marcos como a fonte, podemos observar que Lucas adicionou o texto “deixou tudo” ao chamado de Levi. É possível que Lucas deseje enfatizar o caráter de renúncia dos discípulos e, conseqüentemente, de todo aquele que queira seguir a Cristo. Isso é confirmado pela análise vertical, que mostra que essa ênfase realmente está presente em Lucas ao longo do texto (Lucas 9.23; 5.11; 18.28; 9.61-62).

MATEUS 9:9-12	MARCOS 2:13-17	LUCAS 5:27-31
<p>Passando por ali, Jesus viu um homem chamado Mateus, sentado na coletoria, e disse-lhe: "Siga-me". Mateus levantou-se e o seguiu. Estando Jesus em casa, foram comer com ele e seus discípulos muitos publicanos e "pecadores". Vendo isso, os fariseus perguntaram aos discípulos dele: Por que o mestre de vocês come com publicanos e 'pecadores'? Ouvindo isso, Jesus disse: "Não são os que têm saúde que precisam de médico, mas sim os doentes.</p>	<p>Passando por ali, viu Levi, filho de Alfeu, sentado na coletoria, e disse-lhe: "Siga-me". Levi levantou-se e o seguiu. Durante uma refeição na casa de Levi, muitos publicanos e "pecadores" estavam comendo com Jesus e seus discípulos, pois havia muitos que o seguiam. Quando os mestres da lei que eram fariseus o viram comendo com "pecadores" e publicanos, perguntaram aos discípulos de Jesus: Por que ele come com publicanos e 'pecadores'? Ouvindo isso, Jesus lhes disse: "Não são os que têm saúde que precisam de médico, mas sim os doentes. Eu não vim para chamar justos, mas pecadores".</p>	<p>Depois disso, Jesus saiu e viu um publicano chamado Levi, sentado na coletoria, e disse-lhe: "Siga-me". Levi levantou-se, deixou tudo e o seguiu. Então Levi ofereceu um grande banquete a Jesus em sua casa. Havia muita gente comendo com eles: publicanos e outras pessoas. Mas os fariseus e aqueles mestres da lei que eram da mesma facção queixaram-se aos discípulos de Jesus: Por que vocês comem e bebem com publicanos e 'pecadores'? Jesus lhes respondeu: "Não são os que têm saúde que precisam de médico, mas sim os doentes.</p>

CONCLUSÃO

Os críticos elaboraram muitas ferramentas para possibilitar uma análise histórica “objetiva” de textos antigos. No entanto, o ponto crucial para se chegar ao que provavelmente ocorreu no passado a partir dessas ferramentas, é o conjunto de pressupostos que o intérprete carrega para sua pesquisa. As críticas da forma, da fonte e da redação, se corretamente utilizadas, mostram que a tradição oral do Novo Testamento foi um processo muito controlado e confirma que, embora os evangelhos tenham ênfases teológicas diferentes, eles revelam o mesmo Cristo e a mesma história.

A partir daqui, de posse das ferramentas da crítica, devemos empreender uma busca pelo Jesus histórico na literatura evangélica.

LIÇÃO 3 – A CONFIABILIDADE DA HISTÓRIA: O JESUS HISTÓRICO

A fé cristã está ligada a certos acontecimentos no passado. Se pudesse ser provado que esses acontecimentos de fato nunca ocorreram, ou que ocorreram de forma bem diferente do relato bíblico-cristão, então todo o edifício da fé cristã, a vida e a adoração teriam sido construídas sobre a areia.

Alan Richardson

AS TRÊS GRANDES BUSCAS DO JESUS HISTÓRICO

Desde o século 18 muitos estudiosos têm se debruçado sobre documentos antigos na tentativa de reconstruir o personagem histórico de Jesus de Nazaré. Essas pesquisas se desenvolveram basicamente em três momentos distintos caracterizadas por abordagens significativamente diferentes, por isso costuma-se falar em três buscas do Jesus histórico.

Os estudiosos da área costumam fazer uma diferenciação entre o “Jesus histórico” e o “Cristo da fé”. Para um grande grupo de pesquisadores, a utilização do termo “Jesus histórico” implica que o homem Jesus, o qual viveu na Palestina no século 1, é diferente do “Cristo da fé” transmitido pelos cristãos ao longo dos séculos. Entretanto, nenhum desses pesquisadores foi capaz de apresentar qualquer argumento realmente consistente para confirmar essa tese. Depois de todas as buscas pelo personagem histórico de Jesus, podemos estar seguros de que o Cristo da fé e o Jesus da história são a mesma pessoa.

A primeira busca (ou antiga busca) pode ser datada entre 1780 e 1906 d.C. Os principais nomes associados a essa fase da pesquisa são Hermann Samuel Reimarus (1694-1768), Johann Jakob Griesbach (1745-1812) Ferdinand Christian Baur (1792-1869), David Friedrich Strauss (1808–1874), Ernest Renan (1823-1892), H. H. Holtzmann (1832-1910), William Wrede (1859–1906), Johannes Weiss (1863 – 1914) e Albert Schweitzer (1875-1965). Um dos principais legados da primeira busca é a *alta crítica* da bíblia, mais especificamente a *crítica da fonte*. Os pressupostos mais evidentes dessa fase da pesquisa foram: (1) os relatos miraculosos nunca aconteceram; são mitos, lendas e acréscimos editoriais; e (2) os evangelhos são relatos teologicamente tendenciosos.

A pergunta motriz da primeira busca pode ser assim descrita: “Quem é o homem Jesus por detrás dos mitos dos evangelhos?”. Quanto à abordagem, boa parte dos pesquisadores buscaram apresentar explicações naturais para os milagres e ressurreição de Jesus, dispensando o relato “manipulado” dos evangelhos. Por fim, o produto final dessa onda foi a conclusão de que é impossível se conhecer o “verdadeiro” homem por trás do mito, e que tudo o que temos é o relato criado pela igreja primitiva obscurecido pelos dogmas eclesiásticos. Essa conclusão levou alguns a defenderem que conhecer o Jesus histórico não faz diferença e é até nocivo, pois o que importa é o Cristo da fé.

A obra de Albert Schweitzer, *Geschichte der Leben-Jesu-Forschung* (A busca pelo Jesus histórico), de 1906, considerada como o marco final da primeira busca, revelou o aspecto mais absurdo dessa fase de pesquisa, saber, que cada pesquisador dessa onda, até então, havia reconstruído o personagem histórico de Jesus à sua própria imagem e semelhança. “Cada indivíduo criou-O de acordo com seu próprio caráter”.⁴⁸ Ou seja, cada estudioso projetou em Jesus suas próprias introjeções. Depois da primeira busca pelo Jesus histórico, as pesquisas nunca mais retomaram uma concepção sobrenatural de Jesus.

Antes que se iniciasse a segunda busca, Rudolf Bultmann (1884-1976), com sua tentativa frustrada de “desmitologização” da bíblia, pôs um fim à agonizante e até então infrutífera ideia de encontrar o Jesus da história. Bultmann e seus contemporâneos (entre eles Karl Barth), acalmaram os esforços de pesquisa sobre Jesus. Eles entenderam que os autores bíblicos acorrentaram irreversivelmente o Jesus histórico no Cristo da fé, e que, portanto, qualquer busca pelo homem por trás do mito já nascia fracassada. Em outras palavras, para os teólogos dessa época o Novo Testamento estava tão impregnado com o *kerigma* da igreja primitiva, que é impossível saber o que de fato é histórico e o que é mito. Marcado principalmente pelo desenvolvimento da *crítica da forma*, esse momento ficou conhecido como o período da “não busca”, ou o período “sem busca”.

A segunda busca, situada entre os anos de 1953 e 1970, foi iniciada por Ernest Kasemann, um dos alunos de Bultmann. Kasemann, contrariando seu mestre, defendeu a necessidade e possibilidade da investigação histórica a partir das fontes disponíveis. Ele desejava evitar que o cristianismo se tornasse uma espécie de gnose, uma religião totalmente abstrata e sem conexão com a realidade. Esse posicionamento deu início a

⁴⁸ Schweitzer, Albert. *A busca do Jesus histórico*. Tradução: Wolfgang Fischer; Sérgio Paulo de Oliveira; Cláudio J. A. Rodrigues. – São Paulo, SP: Editora Novo Século, 2003, p. 11.

uma rejeição em cadeia das conclusões de Bultmann. A força motriz dessa onda foi a consideração de que seria irracional ter uma fé que se sustenta no vazio histórico. Não fazia sentido apoiar a fé em um ser histórico, sem conhecer a história desse ser. E novamente os estudiosos empreenderam uma expedição histórica para explicar qual seria a relação entre o Cristo da fé e o Jesus da história. Günther Bornkamm (1905-1990), James McConkey Robinson (1924-2016), Joachim Jeremias (1900-1979) e Oscar Cullmann (1902-1999) são teólogos importantes desse período. Utilizando as ferramentas da alta crítica, principalmente a *crítica da forma*, eles procuraram estabelecer a fronteira entre os eventos históricos e a teologia dos autores dos evangelhos, todavia, sem sucesso.

Ainda durante a segunda busca, ocorreram duas descobertas importantíssimas para os estudos do Jesus histórico e, claro, para outras áreas do conhecimento. Em 1945, no Egito, próximo à cidade de Nag Hammadi, foram descobertos uma coleção de escritos gnósticos do cristianismo primitivo (textos de até 325 d.C). Um camponês encontrou um jarro selado com treze códices de papiro, cujo conteúdo continha cinquenta e dois tratados majoritariamente gnósticos, entre outros. Pouco tempo depois, em 1947, beduínos encontraram em cavernas de Qunram, nas proximidades do Mar Morto, jarros abrigando centenas de manuscritos e fragmentos de textos de praticamente toda a bíblia hebraica, livros apócrifos e livros da própria comunidade detentora dos manuscritos. Foram achados mais de 900 documentos, os quais são datados de até 200 anos a.C.

Os proponentes da segunda busca não tiveram tempo de apreciar esses documentos, visto que nessa época ainda não haviam sido publicados, mas estavam em processo de catalogação, reconstrução (devido à fragmentação) e tradução. A falta do acesso a essas evidências privou os pesquisadores da segunda busca de poder observar Jesus dentro do seu contexto judaico.

A terceira busca, iniciada em 1970 e que se prolonga até os dias de hoje, diferente da anterior, trouxe um componente novo para o estudo, o qual mudou significativamente a direção das pesquisas. Essa busca está preocupada em ver Jesus sobre o prisma do judaísmo de sua época. Obviamente a descoberta dos manuscritos do Mar Morto viabilizou esse viés de pesquisa. A pergunta, então, que orienta a terceira busca é: Como enquadrar Jesus dentro do contexto político, social e econômico da Palestina do primeiro século?

Utilizando-se também das ferramentas da alta crítica, essa onda conta agora com uma multidão de documentos judaicos pré-cristãos e documentos cristãos primitivos (gnósticos) independentes dos evangelhos canônicos. Utilizando esses manuscritos judaicos e cristãos, os pesquisadores tentam apresentar Jesus como um judeu do primeiro século. Se as coisas que Jesus disse e fez, segundo os evangelhos canônicos, fazem sentido dentro do judaísmo do primeiro século; e se as fontes dos evangelhos concordam com as fontes cristãs heterodoxas, temos então um caso cumulativo de evidências a favor da veracidade dos relatos.

Alguns nomes importantes da terceira busca são Geza Vermes, John Meier, John Dominic Crossan, N. T. Wright e James D. G. Dunn.

AS FONTES PARA A BUSCA DO JESUS HISTÓRICO

As fontes históricas são os documentos que os pesquisadores utilizam para realizar sua busca pelos fatos históricos. Não se limitam a documentos escritos, mas podem ser quaisquer fontes materiais ou até imateriais (por exemplo, evidências arqueológicas, registros cartoriais, vestígios, memórias, etc.) que proporcionem um acesso à compreensão da cultura, do contexto e dos eventos passados.

Com respeito ao Jesus histórico, comparado com qualquer outro personagem tão antigo, possuímos muitas fontes independentes disponíveis. As principais fontes são, sem dúvidas, os textos bíblicos. Adicionalmente, temos as fontes extrabíblicas que vão desde documentos cristãos primitivos (ortodoxos e heterodoxos), historiadores e oficiais romanos, críticos do cristianismo, um historiador samaritano e um judeu, documentos judaicos e fontes gentílicas.

Veremos agora algumas das mais importantes fontes e o tipo de informação que podemos extrair delas.

Os Textos Canônicos

As fontes primárias para a busca do Jesus histórico são os textos canônicos. Embora os evangelhos e os credos da igreja antiga (textos inseridos principalmente nas cartas de Paulo) possuam motivações teológicas e não puramente históricas, eles são os documentos mais antigos que possuímos sobre Jesus. É verdade que alguns poucos cééticos rejeitam a bíblia como fonte histórica, mas estes críticos, para manter a coerência, deveriam igualmente rejeitar a história do Império Romano, por ter sido escrita

majoritariamente por romanos; bem como a história da Revolução Americana, pelo fato de ter sido inicialmente escrita por americanos.⁴⁹

Devemos também considerar o fato de que, embora os textos tenham intenções teológicas, isso não prova que os autores falsificaram a história para afirmar sua teologia. Deve-se admitir que ninguém constrói um edifício sobre o vazio, assim como ninguém escreve um relato despido de todo e qualquer pressuposto, intenção e visão de mundo. Assim, é perfeitamente possível que os autores bíblicos, enquanto tendo objetivos teológicos, relatem fatos históricos verdadeiros.

Então, quais são os principais fatos que os primeiros cristãos relataram a respeito de Jesus? O Novo Testamento contém um certo conjunto de credos (fórmulas de fé, símbolos) que remontam à uma tradição que precede os registros escritos. Gary Habermas argumenta:

“... esses credos foram transmitidos verbalmente anos antes deles serem escritos e, dessa forma, eles preservam alguns dos mais antigos relatos sobre Jesus entre 30 e 50 d.C. Portanto, em um sentido prático, os credos preservam um material pré-Novo Testamento, e são nossas mais antigas fontes para a vida de Jesus”.⁵⁰

Essas fórmulas de fé foram transmitidas muito cedo pela igreja e os autores do Novo Testamento as citam com propósitos apologéticos e catequéticos. Embora a maioria dessas fórmulas tenham um forte interesse teológico na cristologia, elas são as reproduções mais antigas existentes sobre eventos da vida de Jesus e, como veremos, foram transmitidas por testemunhas oculares, o que lhes traz grande valor do ponto de vista histórico. Alguns dos principais credos são:

1 Coríntios 15:3-7: Porque primeiramente vos entreguei o que também recebi: que Cristo morreu por nossos pecados, segundo as Escrituras. E que foi sepultado, e que ressuscitou ao terceiro dia, segundo as Escrituras. E que foi visto por Cefas, e depois pelos doze. Depois foi visto, uma vez, por mais de quinhentos irmãos, dos quais vive ainda a maior parte, mas alguns já dormem também. Depois foi visto por Tiago, depois por todos os apóstolos.

Filipenses 2:6-11: Que, sendo em forma de Deus, não teve por usurpação ser igual a Deus, mas esvaziou-se a si mesmo, tomando a forma de servo, fazendo-se semelhante aos homens; e, achado na forma de homem, humilhou-se a si mesmo, sendo obediente até à morte, e morte de cruz. Por isso, também Deus o exaltou soberanamente, e lhe deu um nome que é sobre todo o nome; para que ao nome de Jesus se dobre todo o joelho dos que estão nos céus, e na terra, e debaixo da terra, e toda a língua confesse que Jesus Cristo é o SENHOR, para glória de Deus Pai.

⁴⁹ Ehrman, Bart D. *Jesus existiu ou não?*. Tradução: Anthony Cleaver. – Rio de Janeiro, RJ: Editora Nova Fronteira, 2014, pp. 54-58. Ehrman diz que “A (eventual) opinião atesta da Bíblia como texto não histórico é tão equivocada quanto a (típica) opinião fundamentalista”.

⁵⁰ Habermas, Gary R. *Historical Jesus: Ancient evidence for the life of Christ*. College Press, 1996, p. 143.

1 Timóteo 3:16: E, sem dúvida alguma, grande é o mistério da piedade: Deus se manifestou em carne, foi justificado no Espírito, visto dos anjos, pregado aos gentios, crido no mundo, recebido acima na glória.

1 João 4:2: Nisto conhecereis o Espírito de Deus: Todo o espírito que confessa que Jesus Cristo veio em carne é de Deus.

Romanos 1:3-4: acerca de seu Filho, que, como homem, era descendente de Davi, e que mediante o Espírito de santidade foi declarado Filho de Deus com poder, pela sua ressurreição dentre os mortos: Jesus Cristo, nosso Senhor.

2 Timóteo 2:8: Lembre-se de Jesus Cristo, ressuscitado dos mortos, descendente de Davi, conforme o meu evangelho.

Romanos 10:9: Se você confessar com a sua boca que Jesus é Senhor e crer em seu coração que Deus o ressuscitou dentre os mortos, será salvo.

1 Coríntios 11:23-26: Pois recebi do Senhor o que também lhes entreguei: que o Senhor Jesus, na noite em que foi traído, tomou o pão e, tendo dado graças, partiu-o e disse: "Isto é o meu corpo, que é dado em favor de vocês; façam isto em memória de mim". Da mesma forma, depois da ceia ele tomou o cálice e disse: "Este cálice é a nova aliança no meu sangue; façam isto, sempre que o beberem, em memória de mim". Porque, sempre que comerem deste pão e beberem deste cálice, vocês anunciam a morte do Senhor até que ele venha.

O que esses textos nos dizem sobre o Jesus da história? (1) Que Jesus foi um homem que veio em carne (Fp 2:6-11; 1Tm 3:16; 1Jo 4:2); (2) da linhagem de Davi (Rm 1:3-4; 2Tm 2:8); (3) que foi traído e nessa mesma noite promoveu a “santa ceia” (1Co 11:23-26); (4) que morreu (1Co 15:3-7; Fp 2:6-11) em uma cruz (Fp 2:6-11); (5) foi sepultado (1Co 15:3-7); (6) ressuscitou (1Co 15:3-7; Rm 1:3-4; 2Tm 2:8; Rm 10:9) ao terceiro dia (1Co 15:3-7); e (7) foi visto por muitas pessoas após a ressurreição (1Co 15:3-7).

Devemos considerar especialmente 1 Coríntios 15:3-7, “o qual talvez seja o mais importante credo no Novo Testamento”.⁵¹ Essa fórmula é reconhecida por praticamente todos os estudiosos críticos como sendo um credo cristão pré-Paulino.⁵² Isso pode ser constatado devido às seguintes evidências⁵³:

- (1) As palavras “recebi” e “entreguei” são termos técnicos para transmissão de tradição. Isso indica que as palavras a seguir não são do próprio Paulo, mas recebidas de outra fonte.
- (2) Existem palavras nesse texto que não são Paulinas, o que indica outra fonte. Por exemplo, “por nossos pecados” (v.3), “segundo as escrituras” (vv. 3-4), “ao terceiro dia” (v.4), “foi visto” (vv. 5-8), etc.

⁵¹ Habermas, Gary R. *Historical Jesus: Ancient evidence for the life of Christ*. College Press, 1996, p. 144.

⁵² Ibid., p. 153. Habermas cita teólogos liberais e ortodoxos, como Oscar Cullman, Pannenberg, Bultmann, George E. Ladd, Reginald Fuller, Hanz Conzelmann, Dodd, A.M. Hunter, entre outros.

⁵³ Aqui sou totalmente dependente de Habermas em *Historical Jesus: Ancient evidence for the life of Christ*, pp. 153-157.

- (3) As frases são organizadas de forma paralela e estilizada, indicando a natureza oral e confessional desse credo.
- (4) Há indicações de que possa existir uma fonte semítica, tal como o uso do aramaico “Cefas” para Pedro (v.5), indicando uma fonte anterior a tradução grega de Paulo.
- (5) Outras narrações hebraicas antigas incluem o uso triplo de “e que” junto com as duas referências de cumprimento das escrituras.

Sobre a antiguidade desse credo, Gary Habermas argumenta:

“Quão antigo é esse credo? Numerosos teólogos críticos tentaram responder a esta importante questão, com resultados impressionantes. Ulrich Wilckens afirma que este credo ‘indubitavelmente remonta à fase mais antiga de todas na história do cristianismo primitivo’. Joachim Jeremias o chama de ‘a primeira de todas as tradições’. No que se refere a um tempo mais exato, é muito popular datar este credo no meio dos anos 30. Mais especificamente, numerosos teólogos críticos datam de três a oito anos após a crucificação de Jesus”.⁵⁴

Em outro momento, Habermas é ainda mais otimista:

“Os críticos concordam sobre a data desse credo pré-Paulino? Até mesmo estudiosos radicais como Gerd Lüdemann pensam que ‘os elementos na tradição devem ser datados nos primeiros dois anos após a crucificação... não além de três anos após a morte de Jesus’. Igualmente, Michael Goulder argumenta que o testemunho de Paulo sobre as aparições da ressurreição ‘remonta pelo menos ao que Paulo foi ensinado quando de sua conversão, poucos anos após a crucificação’.

Um crescente número de estudiosos excepcionalmente influentes tem muito recentemente concluído que pelo menos o ensino da ressurreição, e talvez até mesmo a formulação específica do credo pré-Paulino de 1 Coríntios 15:3-7 data do ano 30 d.C.! Em outras palavras, jamais houve um momento no qual a mensagem da ressurreição de Jesus não fosse uma parte integrante da mais antiga pregação apostólica. Ninguém menos do que o erudito James D. G. Dunn declara o seguinte a respeito desse texto: ‘Essa tradição, podemos estar totalmente seguros, foi formulada como tradição nos meses próximos à morte de Jesus’”.⁵⁵

A conversão de Paulo deve ter ocorrido entre 30 e 35 d.C. Ele mesmo nos informa (Gl 1:18) que três anos após sua conversão foi à Jerusalém, e lá conheceu a Pedro e Tiago. É provável que nesse encontro ele tenha recebido a tradição sobre Jesus. Essa tradição não foi elaborada durante a visita de Paulo, mas já estava fixada na igreja de Jerusalém. Isso nos coloca, na pior das hipóteses, 3 anos após a crucificação.

Todos esses dados são importantes porque confirmam que a história da ressurreição não foi inventada pelos cristãos vários anos depois da morte de Jesus. Pelo contrário, tão logo o evento da crucificação se deu em Jerusalém, os cristãos já anunciavam a ressurreição de

⁵⁴ Habermas, Gary R. *Historical Jesus: Ancient evidence for the life of Christ*. College Press, 1996, p. 154.

⁵⁵ Habermas, Gary R. *Tracing Jesus' Resurrection to Its Earliest Eyewitness Accounts*. In: Craig, W. L. (Ed); Meister, Chad (Ed). *God Is Great, God Is Good: Why Believing in God Is Reasonable and Responsible*. InterVarsity Press, 2009, p.212

Jesus. E outra coisa importante é que a história foi anunciada por testemunhas oculares. Repetindo a afirmação de Habermas, “jamais houve um momento no qual a mensagem da ressurreição de Jesus não fosse uma parte integrante da mais antiga pregação apostólica”.

Disso extraímos uma conclusão que acaba com as teorias de alguns expoentes da alta crítica, a saber, que a igreja, por necessidades apologéticas, adaptou sua pregação e criou histórias sobre Jesus, em especial, a história da ressurreição. Na verdade, a mensagem da ressurreição surgiu como numa explosão; o espaço de tempo entre a morte e a proclamação da mensagem da ressurreição foi espantosamente breve. Isso nos leva a uma encruzilhada. Visto que os discípulos não adulteraram a história ao passar do tempo, mas pregaram a ressurreição desde o início, ou eles inventaram repentinamente a história e ardilosamente anunciaram uma mentira, ou então eles de fato creram na ressurreição e anunciaram algo que para eles era a verdade.

Suponhamos, então, que os discípulos de Jesus inventaram a história da ressurreição. Devemos observar que, como o anúncio da ressurreição foi imediatamente após a crucificação, qualquer habitante de Jerusalém poderia ir até o túmulo onde Jesus foi sepultado e confirmar a localização do corpo. Assim, não bastaria aos discípulos falsificarem a história, mas também teriam que se livrar do corpo sorrateiramente, e escondê-lo de forma que ninguém jamais pudesse achá-lo, sob a pena de serem facilmente desmascarados.

Os discípulos então, na madrugada de sábado para domingo, foram ao sepulcro, removeram a enorme pedra e roubaram o corpo. O que fizeram depois? Transportaram-no e enterraram em uma cova secreta? Deram o corpo de Jesus a cães selvagens? Talvez exista ainda outra possibilidade. E se o lugar onde Jesus fora sepultado fosse de fácil acesso para animais selvagens que acabaram por devorá-lo? Ou se outros ladrões roubaram o corpo, sem o conhecimento dos discípulos?

Todas essas teorias esbarram em alguns obstáculos. Primeiro, não poderia haver vestígios do furto ou de um ataque de animais, senão a farsa seria facilmente descoberta. Segundo, se a tumba possuía vigias (Mt 28:11-15), nenhuma dessas teorias se sustentaria por muito tempo, visto que os vigias certamente veriam a balbúrdia de um grupo removendo a pedra do sepulcro ou o ataque de animais selvagens.

Terceiro, qual seria a motivação dos discípulos para promoverem uma conspiração desse tamanho? O que eles ganhariam com isso? Sabemos que os discípulos apenas conquistaram dor e o martírio. Por que eles não revelariam a verdade para evitar a dor e a morte? Quarto, depois da crucificação os discípulos desanimaram. Muitos voltaram para suas casas e trabalhos revelando seu esmorecimento. Tudo estava acabado. Só restava frustração. O que explicaria uma repentina renovação da esperança? Como explicar o ressurgimento da fé dos discípulos?

Quinto, os judeus não nutriam nenhuma expectativa de um messias que, em vez de triunfar sobre os inimigos de Israel, seria vergonhosamente executado por eles como um criminoso. As crenças dos judeus sobre a vida após a morte excluía a possibilidade de alguém ressuscitar da morte para a glória e a imortalidade antes da ressurreição do fim do mundo. Então, como eles poderiam falsificar tal história sem paralelos? Como uma história tão absurda e sem precedentes na cultura judaica poderia surgir do nada e sem um objetivo plausível? A mensagem da ressurreição pregada pelos apóstolos diferia completamente das compreensões helenista e judaica sobre a vida depois da morte. É difícil ver como os discípulos, que eram judeus e viviam num império helenizado, criariam uma narrativa tão incomum para eles.

Suponhamos agora que os discípulos não inventaram a história da ressurreição, mas que apenas anunciaram sinceramente o que julgavam ser a verdade. É possível que ao encontrarem uma tumba vazia (por qualquer motivo que fosse), sua imaginação tenha produzido essa história, afinal, Jesus havia anunciado anteriormente que ressurgiria em três dias. No entanto, mais uma vez, é difícil entender como um grupo de discípulos frustrados passaria tão rapidamente do fracasso para a fecundidade por conta do simples sumiço do corpo de seu mestre. Ademais, isso também não explicaria a imensa criatividade dos discípulos na criação da história da ressurreição corpórea sem paralelo naquela época. Se de fato o corpo tivesse sumido e os discípulos tivessem encontrado a tumba vazia, eles provavelmente concluiriam pelo roubo ou pela retomada do corpo por parte das autoridades. Com o passar do tempo, eles abandonariam a busca pelo corpo e não formulariam uma narrativa da ressurreição.

Também é possível que os discípulos, após a crucificação, fortemente sugestionados pelo discurso de Jesus sobre o Espírito Santo e a ressurreição, tenham experimentado uma experiência psicológica extática. Essa experiência produziu a falsa ideia da ressurreição corpórea, enquanto na verdade não passou de uma alucinação coletiva confortadora.

Experiências extáticas coletivas não são incomuns em nossos dias. Uma rápida busca na internet revelará diversos grupos que afirmam ter passado por experiências sem explicação racional (por exemplo, as supostas aparições de Maria). Entretanto, essa hipótese falha em explicar o túmulo vazio e as aparições de Jesus em lugares diferentes, em momentos diferentes e para pessoas diferentes.

Uma outra hipótese é a da morte aparente, ou seja, Jesus não morreu na cruz, mas foi retirado com vida e reapareceu depois de dois dias aos discípulos. Ocorre que essa sugestão não explica como um homem meio-morto poderia se passar por alguém ressurreto. Uma pessoa duramente açoitada, perfurada por uma lança, crucificada, não precisaria de cuidados médicos? Estaria Jesus em condições físicas de transitar entre a Galileia e a Judeia depois de enfrentar tamanho dano corporal? E depois das aparições, para onde ele foi? Por que sumiu?

Todas essas teorias encontram obstáculos intransponíveis. E não resta dúvidas de que as evidências que dispomos exigem uma explicação plausível. A hipótese que melhor explica essas evidências é, sem dúvidas, a ressurreição.

O Novo Testamento em momento algum apresenta a fé na ressurreição como uma simples continuação daquilo em que os discípulos já acreditavam antes da crucificação. Pelo contrário, os discípulos não estavam preparados para a morte do seu mestre, muito menos da forma que ocorreu, como um criminoso. A fé messiânica dos discípulos desmoronou (Jo 20:19,25; Lc 24:21-22). No entanto, dias depois, em um repentino renascimento da fé e esperança, do fracasso à vitória, “da morte para a vida”, esses mesmos discípulos anunciam a ressurreição sem temer as consequências religiosas e políticas de sua mensagem. Todos eles sofreram em sua carne as consequências da pregação, todavia, não recuaram um milímetro sequer e nem enfraqueceram a narrativa da ressurreição. Algo realmente muito poderoso deve ter acontecido para renovar a fé dos seguidores fracassados do messias crucificado. A teoria que mais facilmente e plausivelmente explica a fé dos discípulos é a ressurreição. Algo desse tipo seria persuasivo o suficiente para reavivar a Pedro e seus companheiros. A ressurreição também explicaria de forma satisfatória o túmulo vazio e a origem da doutrina da ressurreição corpórea de Cristo, a qual não tinha paralelos e nem precedentes nas culturas da época. E para concluir, a ressurreição explicaria as aparições *post mortem* de Jesus.

Para enrobustecer mais ainda a historicidade da ressurreição, poderíamos citar agora as fontes canônicas independentes que relatam esse evento. É bom lembrar que os livros do Novo Testamento, incluindo os evangelhos sinóticos nesse caso, são fontes independentes. Até mesmo o que poderia ser considerado uma fragilidade, como no caso das diferenças dos relatos da ressurreição entre as fontes que possuímos, na verdade reforçam a historicidade dos eventos, pois confirmam que nenhum autor copiou o relato de outro, e mesmo assim os pontos cruciais das narrativas são exatamente os mesmos.

É óbvio que há muito mais coisas que podemos extrair das fontes canônicas sobre o Jesus histórico. No entanto, o que seria mais importante do que a crucificação e a subsequente ressurreição? A morte e ressurreição são os eventos que garantem todas as demais partes da Bíblia. Se Cristo não ressuscitou, toda a fé cristã cai em descrédito. Todavia, se Cristo ressuscitou, então discutir qualquer narrativa periférica (o batismo de Jesus, os milagres, o nascimento, etc) acaba terminando apenas numa discussão sobre inerrância bíblica, mas o cristianismo permanece de pé e firme.

Fontes Extrabíblicas

Existe uma certa quantidade de fontes fora da bíblia que mencionam brevemente a figura histórica de Jesus. Algumas são historiadores judeus, romanos, filósofos estoicos, críticos do cristianismo e cristãos ortodoxos e heterodoxos (gnósticos). Todavia, nenhuma dessas fontes é por si só conclusiva sobre eventos específicos da vida de Jesus.

Muitas dessas fontes, algumas tão antigas quantos alguns textos canônicos, confirmam o que já sabemos a respeito do Jesus histórico. Por exemplo, o historiador judeu Flávio Josefo, no seu livro *Antiguidade dos Judeus*, que é normalmente datado na década de 90 d.C., confirma duas claras declarações das escrituras: Jesus tinha um irmão chamado Tiago (Gl 1:19) e era reconhecido como Cristo (Mt 16:16). No mesmo livro, Josefo também confirma que Jesus foi um homem considerado sábio, de bom comportamento e virtudes, teve muitos seguidores de diferentes nacionalidades, foi crucificado por Pilatos e o discípulos relataram a ressurreição de Cristo após três dias.⁵⁶

A utilização dessas fontes extrabíblicas na busca pelo Jesus histórico limita-se ao escopo de confirmar a fé dos cristãos primitivos em Jesus, confirmar que Jesus foi de fato uma pessoa real e confirmar o que já são fatos estabelecidos através dos escritos canônicos.

⁵⁶ Para ver as citações e maiores detalhes de cada fonte, ver o excelente texto de Marcelo Berti disponível em: <https://marceloberti.wordpress.com/2013/09/06/a-figura-historica-de-jesus-cristo/>. Acesso em: 08/11/2017.

Abaixo segue uma lista de fontes extrabíblicas sobre Jesus:

Discípulos dos Apóstolos:

Clemente de Roma (de meados até o final do século I: conheceu Paulo e João)

Papias (60-130 d.C.: discípulo de João e amigo de Policarpo)

Policarpo (69-156 d.C.: discípulo de João e amigo de Inácio e Papias)

Inácio (107 d.C.: um amigo de Policarpo e, provavelmente, um discípulo de João e, possivelmente, de outro apóstolo)

Os chamados “Pais da Igreja”, do século II:

Justino Mártir (100-165 d.C.)

Irineu (200 d.C.)

Apolinário (século II)

Aristides (início do segundo século)

Atenágoras (final do segundo século)

Clemente de Alexandria (final do segundo século)

Dionísio de Corinto (segundo século)

Hegésipo (110-180 d.C.)

Hermes (primeiro ou segundo século: Orígenes acreditava que este era o Hermes de Romanos 16:14)

Melito (190 d.C.)

Taciano (de meados até o final do século II)

Tertuliano (final do século II)

Teófilo (século II)

Obras anônimas:

A Epístola de Barnabé (70-100 d.C.)

Didaquê (50-120 d.C.)

Críticos do Cristianismo:

Celso (século II: crítico do Cristianismo)

Marcião (160 d.C.)

Escritos gnósticos:

O Evangelho da Verdade (140-180 d.C.)

O Apócrifo de João (120-180 d.C.)

O Evangelho Apócrifo de Tomé (50-140 d.C.)

O Tratado sobre a Ressurreição (170-200 d.C.)

Historiadores antigos:

Cornélio Tácito (115 d.C.)

Suetônio (115 d.C.)

Flávio Josefo (93 d.C.)

Talo (52 d.C.)

Oficiais do Império Romano:

Plínio, o Moço (111-112 d.C.)

Imperador Trajano (início do século II)

Imperador Adriano (início do século II)

Outras fontes judaicas:

O Talmude (135 d.C.)

Toledoth Jesu (compilado no século V d.C., era uma coleção de escritos que data de meados do século I até meados do século II d.C.)

Outras fontes gentílicas:

Luciano de Samosata (165-175 d.C.)

Mara Bar-Serapião (73-200 d.C.)

CONCLUSÃO

Com o avanço atual das pesquisas históricas sobre Jesus, é praticamente anticientífico negar a existência do judeu chamado Jesus, o qual viveu e atuou na palestina do primeiro século por volta do ano 30 d.C. Estudiosos sérios não dão importância para a tese de que Jesus não existiu. Aqueles que defendem tal perspectiva, acabam por ignorar as mais pesadas evidências do contrário, fazendo leituras tendenciosas demais para serem levadas a sério.⁵⁷

Uma busca histórica honesta de Jesus, precisa lidar com as evidências de maneira responsável. Os manuscritos do Mar Morto e a biblioteca de Nag Hammadi forneceram o subsídio necessário para contextualizar o Jesus da história, de forma que apenas críticos tendenciosos chegam às mesmas conclusões que os precursores da alta crítica antisobrenaturalista dos séculos passados.

Hoje sabemos que Jesus foi sepultado após sua morte e que sua tumba foi encontrada vazia. Sabemos também que a fé dos discípulos vacilou após seu mestre ser vergonhosamente crucificado, mas que, num período muito curto, a fé deles floresceu novamente e desde então passaram a anunciar a ressurreição de Jesus. Defendendo essa mensagem, a qual não tinha paralelo naquela cultura, os discípulos foram perseguidos e perderam suas vidas, sem, no entanto, negarem sua fé. Todas essas informações são consenso entre estudiosos responsáveis. Resta ao pesquisador providenciar uma hipótese plausível que melhor explique essas evidências. E essa resposta nós já conhecemos e chama-se “ressurreição”.

⁵⁷ Ver Dunn, James D. G. *Jesus, Paulo e o evangelhos*. Tradução: Nélcio Schneider. – Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017, pp. 26-27.

LIÇÃO 4 – A CONFIABILIDADE DA MENSAGEM JESUS OU PAULO: QUEM INVENTOU O CRISTIANISMO?

É difícil estabelecer com precisão a contribuição do apóstolo Paulo para a religião cristã. Até onde sabemos, ele foi o maior responsável pela propagação do evangelho de Jesus no império Romano do século primeiro. Sua teologia, em algum nível, modelou o cristianismo. Sua fé e dedicação ao evangelho foi total. Sua importância é indiscutível. Isso de certa forma é intrigante, visto que Paulo sequer conheceu a Jesus pessoalmente.

Entre a crucificação de Jesus e a conversão de Paulo, temos um período de três a cinco anos. Paulo não foi um seguidor do mestre na Palestina, e também passou relativamente pouco tempo com os apóstolos originais após sua conversão. Essa distância de Paulo para com Jesus, bem como para com os demais apóstolos, levanta a suspeita de que seria impossível a Paulo conhecer plenamente o Jesus histórico e sua mensagem, o que implica em um possível distanciamento da pregação de Paulo para a pregação de Jesus.

Essa suspeita torna-se ainda mais forte quando colocamos os ensinamentos e as vidas do mestre e seu apóstolo lado a lado. “Uma comparação superficial entre Jesus e Paulo certamente revela diferenças mais rápidas do que similaridades”.⁵⁸ Por exemplo, certos críticos enxergam em Jesus uma mensagem de salvação que requer ação, e não crença (Mt 25.31-45). Enquanto que em Paulo, esses mesmos críticos veem uma doutrina de salvação única e exclusivamente pela crença (Ef 2.8). Para eles, a relação entre a fé e as obras é uma tensão irreconciliável entre Jesus e Paulo.

Um fato curioso que corrobora com a suspeita da descontinuidade entre Jesus e Paulo é a “briga” entre Paulo e Pedro, em Antioquia, por causa de uma atitude condenável de Pedro com respeito aos gentios. Essa desavença ressaltou bem as restrições do cristianismo judeu para com o cristianismo gentio, e levou alguns a concluir que Paulo representava uma oposição à igreja de Jerusalém, cuja liderança estava nas mãos dos apóstolos originais e Tiago, irmão de Jesus.

Por isso, várias acusações têm sido lançadas sobre o apóstolo Paulo, tais como: de liderar um partido cristão gentio contra um partido cristão judeu; de deturpar a mensagem de Jesus (judeu) e inventar uma nova pregação (greco-romana); de elevar o papel de Jesus de

⁵⁸ Blomberg, Craig L. *Questões cruciais do Novo Testamento*. Tradução: Degmar Ribas. Rio de Janeiro: CPAD, 2010, p.70.

profeta à Deus; de transformar a mensagem *de Jesus* em uma mensagem *sobre Jesus*. Assim, desde Ferdinand Baur, passando por William Wrede, Friedrich Nietzsche, Rudolf Bultmann, Michael Goulder, Gerd Lüdemann, até os mais populares meios de comunicação atuais⁵⁹, Paulo tem sido declarado como “o segundo fundador do cristianismo”, “o homem que inventou o cristianismo”, “o primeiro cristão”, “o desevangalista judeu” e “o verdadeiro fundador do cristianismo”.⁶⁰

Esses títulos dados ao nobre apóstolo não subsistem a uma investigação detalhada das evidências. Sem dúvidas, Paulo não foi o fundador do cristianismo, embora sua contribuição certamente ajudou a modelar o cristianismo como o conhecemos hoje. Todavia, isso não implica dizer que a contribuição de Paulo esteja em oposição a qualquer ensino de Jesus e dos apóstolos originais. Como veremos, o trilho colocado pela mensagem de Paulo permanece dentro dos limites da trilha deixada pelo próprio Jesus histórico.

PAULO E A ORIGEM DE SEU CONHECIMENTOS SOBRE O JESUS HISTÓRICO

É bastante provável que Paulo, antes de sua conversão, já tivesse um conhecimento razoável da religião cristã e até mesmo de Jesus. Paulo nasceu na próspera cidade de Tarso, capital da província romana da Cilícia oriental. Embora inserido na cultura grega, os pais de Paulo garantiram que ele fosse criado dentro da mais rígida tradição judaica. Muito cedo ele foi mandado para Jerusalém, para ser educado lá. Por isso, Paulo, além do idioma grego, dominava o aramaico. Assim, Paulo pode dizer diante da multidão em Jerusalém:

"Sou judeu, nascido em Tarso da Cilícia, mas criado nesta cidade. Fui instruído rigorosamente por Gamaliel na lei de nossos antepassados, sendo tão zeloso por Deus quanto qualquer de vocês hoje". (At 22.3)

Educado dentro do grupo dos fariseus, Paulo viveu de acordo com a seita mais severa da religião judaica (cf. At 26.5), e expôs seu zelo pela tradição da seguinte forma:

“...circuncidado no oitavo dia de vida, pertencente ao povo de Israel, à tribo de Benjamim, verdadeiro hebreu; quanto à lei, fariseu; quanto ao zelo, perseguidor da igreja; quanto à justiça que há na lei, irrepreensível”. (Fp 3.5,6)

⁵⁹ Ver, por exemplo, a matéria *O homem que inventou o cristianismo* da revista Super Interessante. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/historia/o-homem-que-inventou-cristo/>> Acesso em: 18/11/2017.

⁶⁰ Sobre a posição de alguns críticos, ver um breve resumo em: Blomberg, Craig L. *Questões cruciais do Novo Testamento*. Tradução: Degmar Ribas. Rio de Janeiro: CPAD, 2010, pp.69-71.

Certamente um ponto decisivo na vida de Paulo, no início de sua caminhada contra os cristãos, foi sua participação na condenação e martírio de Estevão. Estevão era provavelmente um cristão helenista, e se destacava por sua habilidade no debate teológico. “Os helenistas, nos primórdios da igreja de Jerusalém, logo vieram a ser reconhecidos, por eles mesmos e pelos hebreus, como um grupo distinto, em termos econômicos e teológicos”.⁶¹ F.F. Bruce argumenta que Estevão “atraiu atenção por sua atitude crítica em relação ao templo”, e por sua defesa de “que a vinda de Jesus alterara profundamente a condição da lei mosaica”. Estevão defendeu essas teses na sinagoga helenista chamada “dos libertos”. Segundo Bruce, “o resultado da proclamação aberta dessas posições radicais por Estevão foi que ele foi acusado de blasfêmia perante o sinédrio — especificamente de blasfêmia contra o templo”.⁶²

O fim de Estevão é conhecido: morte por apedrejamento. É possível que o caso de Estevão tenha sido a oportunidade encontrada pelos radicais judeus para “lançar uma campanha abrangente de repressão da igreja”.⁶³ E Paulo esteve presente no julgamento e execução de Estevão. Ele tomou conta das capas das testemunhas de acusação enquanto elas atiravam as primeiras pedras. E nessa ocasião, o discípulo de Gamaliel foi exposto à pregação do evangelho através das palavras afiadas de Estevão. Depois disso, ele juntou-se ao recém-nascido movimento de perseguição da igreja cristã. O autor de Atos relata que Saulo (forma aramaica para Paulo) “respirava ameaças de morte contra os discípulos do Senhor” (At 9.1). O próprio Paulo descreveu suas ações enquanto perseguidor da igreja:

"Eu também estava convencido de que deveria fazer todo o possível para me opor ao nome de Jesus, o Nazareno. E foi exatamente isso que fiz em Jerusalém. Com autorização dos chefes dos sacerdotes lancei muitos santos na prisão, e quando eles eram condenados à morte eu dava o meu voto contra eles. Muitas vezes ia de uma sinagoga para outra a fim de castigá-los, e tentava forçá-los a blasfemar. Em minha fúria contra eles, cheguei a ir a cidades estrangeiras para persegui-los". (At 26:9-11)

Além da pregação de Estevão, durante seus anos como perseguidor, Saulo provavelmente ouviu a exposição da tradição sobre Jesus repetidas vezes, de forma que, quando de sua conversão, ele já não era mais um completo ignorante sobre a fé primitiva. Sua própria função exigia certo conhecimento da seita cristã para permitir uma oposição mais afiada.

⁶¹ Bruce, F.F. *Paulo: o apóstolo da graça; sua vida, cartas e teologia*. Tradução: Hans Udo Fuchs — São Paulo: Shedd Publicações: 2003, p.61.

⁶² *Ibid.*, p. 62.

⁶³ *Ibid.*

Próximo ao ano 35 d.C., no caminho para Damasco, por volta do meio dia, enquanto perseguia a igreja de Deus, Saulo viu e ouviu a voz do Cristo ressurreto. Cego pela luz que lhe apareceu, Paulo foi levado a Damasco e foi visitado por Ananias, um discípulo de Jesus. O então perseguidor deixou rapidamente seu fanatismo judaico e passou a dedicar-se a construir o que antes buscava destruir, a saber, a fé cristã. Em seguida, ele foi para a Arábia e depois retornou para Damasco, junto à comunidade cristã situada lá.

Depois do terceiro ano após sua conversão, Paulo foi a Jerusalém onde se encontrou com Pedro e Tiago. “Seu objetivo, ao ir para Jerusalém, era firmar laços de comunhão com os líderes da igreja-mãe e obter deles as informações que só podiam ser recebidas ali”.⁶⁴ Foi provavelmente nesse encontro que Paulo recebeu os detalhes da tradição sobre Jesus, os quais ele transmitiu em suas cartas aos cristãos de diversas comunidades diferentes.

Em resumo, Paulo tinha um conhecimento prévio do cristianismo e de Jesus adquirido por conta de sua função dentro do judaísmo. Em sua conversão, ele viu e ouviu Jesus, o que lhe proporcionou uma fé inabalável na ressurreição e na posição ocupada por Cristo diante de Deus. Durante os primeiros três anos de conversão, Paulo esteve com a comunidade cristã em Damasco, onde haviam cristãos fugitivos da perseguição de Jerusalém, mas que conheciam a tradição sobre Jesus (talvez até testemunhas oculares). No terceiro ano, Paulo foi à Jerusalém e esteve com a comunidade cristã e com os apóstolos Pedro e Tiago por quinze dias, onde teve a oportunidade de ouvir testemunhas oculares (pessoas que caminharam com Cristo, o viram morrer e ressuscitar).

Considerando apenas esses momentos da vida do apóstolo, é plausível afirmar que Paulo teve oportunidade de adquirir conhecimento suficiente sobre Jesus e suas doutrinas a partir de cristãos de primeira geração e claro, do próprio Cristo ressurreto.

PAULO E A VIDA DE JESUS

Sabemos que Paulo “não conhecera Jesus antes da sua crucificação; conheceu-o primeiro como Senhor ressurreto”.⁶⁵ O apóstolo não vivenciou o ministério de Jesus na Galileia. Qual era seu real conhecimento sobre a vida e os pronunciamentos de Jesus? James Dunn coloca o problema da seguinte forma:

⁶⁴ Bruce, F.F. *Paulo: o apóstolo da graça; sua vida, cartas e teologia*. Tradução: Hans Udo Fuchs – São Paulo: Shedd Publicações: 2003, p.80.

⁶⁵ Bruce, F.F. *Paulo: o apóstolo da graça; sua vida, cartas e teologia*. Tradução: Hans Udo Fuchs – São Paulo: Shedd Publicações: 2003, p. 91.

“Se nosso conhecimento da vida e missão de Jesus dependesse de Paulo, quão pouco saberíamos, como seria escassa nossa imagem de Jesus! Assim, o que Paulo de fato sabia sobre a missão de Jesus? O quanto ele se preocupou em saber sobre ela? Qual foi a importância dela para Paulo?”⁶⁶

Stanley Porter, com base nas próprias palavras de Paulo, apresenta o que o apóstolo “parece conhecer sobre Jesus, o homem”:

“Ele nasceu como humano (Rm 9.5), de uma mulher, e sob a lei, isto é, como judeu (Gl 4.4); Ele nasceu na descendência de Davi (Rm 1.3; 15.12); embora não fosse como Adão (Rm 5.15), Ele tinha irmãos, incluindo um chamado Tiago (1Co 9.5; Gl 1.19); Ele fez uma refeição na noite em que foi traído (1Co 11.23-25); Ele foi crucificado e morreu em uma cruz (Fp 2.8; 1Co 1.23, 8.11, 15.3; Rm 4.25; 5.6, 8; 1Ts 2.15; 4.14; etc.) foi sepultado (1Co 15.4) e ressuscitou três dias depois (1Co 15.4; Rm 4.25; 8.34; 1Ts 4.14, etc.) e posteriormente foi visto por Pedro, os discípulos e outras pessoas (1Co 15.5-7)”.⁶⁷

Craig Bloomberg ainda amplia a lista, entre outras coisas, com as seguintes informações⁶⁸:

(1) “Nascido de mulher”, em Gálatas 4.4, como alusão a concepção virginal; (2) As palavras “Jesus, que nos livra da ira futura”, em 1Ts 1.10, indica o conhecimento sobre a pregação de João Batista às multidões, cf. Mt 3.7; (3) o conhecimento sobre a vida sem pecado de Jesus, em 1Co 5.21, pode indicar o conhecimento sobre a vitória de Jesus sobre a tentação no deserto; (4) a frase em 1Co 1.22, “Os judeus pedem sinal, e os gregos sabedoria”, pode indicar que Paulo conhecia os pedidos dos judeus a Jesus por sinais (Mt 8.11-13; Mt 12.38-39; Lc 23.8-9; Jo 4.48); (5) em 2Co 3.18, Paulo descreve os crentes como “transformados de glória em glória, na mesma imagem”, usando o mesmo verbo grego que é encontrado nos relatos do evangelhos para a transfiguração de Jesus (Mc 9.2). Uma vez que o contexto imediato (3.1 - 4.16) contrasta a glória de Cristo com a de Moisés, é possível que Paulo conhecesse a história de Jesus no monte da transfiguração.

Poderíamos ainda especular a partir de outros ensinamentos de Paulo que concordam com os relatos dos evangelhos sinóticos, no entanto, isso é suficiente para mostrar que o apóstolo tinha um conhecimento suficiente sobre a vida de Jesus. Essa lista reflete possivelmente uma pequena parcela do que Paulo realmente conhecia, uma vez que essas questões surgem apenas quando necessário nas cartas do apóstolo, e ele não pretendeu em nenhum momento fazer um relato completo sobre tudo o que sabia da vida do mestre.

⁶⁶ Dunn, James D. G. *Jesus, Paulo e o evangelhos*. Tradução: Nêlio Schneider. – Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017, p. 129.

⁶⁷ Porter, Stanley. *Images of Christs in Paul's letter*. Apud. Bloomberg, Craig L. *Questões cruciais do Novo Testamento*. Tradução: Degmar Ribas. Rio de Janeiro: CPAD, 2010, p.80.

⁶⁸ Bloomberg, Craig. *Questões cruciais do Novo Testamento*. Tradução: Degmar Ribas. Rio de Janeiro: CPAD, 2010, pp.80-82.

PAULO E A MENSAGEM DE JESUS

É evidente que a mensagem de Paulo carrega diferenças importantes para a mensagem de Jesus. James Dunn elenca duas diferenças realmente notáveis, e uma terceira que é bem característica do liberalismo dos séculos 19 e 20: (1) Jesus proclamou o Reino de Deus; Paulo pregou Jesus. (2) A mensagem de Jesus era destinada em primeira linha para Israel; a missão de Paulo era destinada em primeira linha para os pagãos. (3) Jesus foi um mestre judeu local; Paulo foi influenciado pelas religiões e pela política do seu tempo.⁶⁹

Será que essas questões implicam que Paulo seja o verdadeiro fundador do cristianismo? Para alguns críticos, a resposta é sim. Dunn⁷⁰, no entanto, demonstra que essas diferenças estão sendo vistas sob uma ótica equivocada, e que as continuidades entre Jesus e Paulo também devem ser pesadas para que um veredito possa ser dado. Vejamos algumas dessas semelhanças:

- (1) Jesus proclamou o Reino de Deus, onde “o governo de Deus como rei já estava sendo experimentado no e através do seu próprio ministério”, enquanto também esperava por um cumprimento futuro desse Reino. Ou seja, a mensagem sobre o Reino de Deus carregava a tensão do *já, e o ainda não*. Essa mesma tensão pode ser encontrada em Paulo. O apóstolo pregava a justificação pela fé. “A imagem por trás da justificação é a do tribunal de justiça. O juiz justifica, isto é, absolve os acusados de malfeitos”. Os judeus criam em uma justificação futura apenas, no juízo final. Paulo, no entanto, enquanto reconhecendo a dimensão futura do juízo de Deus, ecoou a dimensão presente do Reino ensinando que os crentes *já* estão justificados através do próprio ministério e obra de Cristo (Rm 5.1-2). Assim, Paulo também carrega o *já* (através de Cristo), *e o ainda não*.
- (2) Jesus não veio chamar os justos, mas os pecadores⁷¹ (Mc 2.17). Ele se assentava à mesa com aqueles que eram infiéis à lei (Mt 11.19; Lc 7.34). Jesus rompeu as fronteiras que os doutores da lei impuseram dentro do próprio Israel. “A boa-nova do Reino de Deus era especialmente para os ‘pecadores’”. “Para Jesus, era de fundamental importância que a graça de Deus estivesse *acessível* e, acima de tudo, acessível para aqueles que os religiosos consideravam como excluídos

⁶⁹ Para mais detalhes, ver: Dunn, James D. G. *Jesus, Paulo e o evangelhos*. Tradução: Nélcio Schneider. – Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017, pp.130-131.

⁷⁰ Para o que vem a seguir, me apoio na obra de Dunn, *Jesus, Paulo e o evangelhos*, p. 132-152.

⁷¹ Pecadores, no contexto dos evangelhos, são aqueles que determinados grupos, tais como os fariseus, consideravam infiéis à lei.

daquela graça”. Paulo, por sua vez, também rompeu as fronteiras impostas pelos doutores da lei. Ele levou a boa-nova aos pecadores pagãos. A “projeção de Paulo até os pagãos é tão parecida com a missão de Jesus em prol dos pecadores que é quase certo que algum conhecimento da missão de Jesus influenciou a compreensão que Paulo tinha de sua vocação para levar a boa-nova do Filho de Deus aos pagãos (Gl 1.16)”.

- (3) Uma das prioridades de Jesus era levar a boa-nova do Reino de Deus aos pobres (Lc 6.20; Mt 11.5). Por outro lado, Ele adverte que a confiança nas riquezas é um perigo (Mc 10.21, 23; Mt 6.21; Lc 12.34). Esses são dois lados da mesma moeda. Paulo também demonstrou grande preocupação com os pobres. Quando esteve em Jerusalém, diante dos apóstolos, ele não hesitou em concordar com a recomendação do cuidado para com os pobres (Gl 2.10). Aliás, a principal preocupação de Paulo na fase final de sua missão foi justamente coletar ofertas para os pobres em Jerusalém. E entregar a oferta foi o motivo que o fez retornar a Jerusalém. O apóstolo chega a dizer que “carregar o peso uns dos outros” é o cumprimento da “lei de Cristo” (Gl 6.2).
- (4) Para Jesus, a operação do Espírito demonstrava a dimensão presente do Reino de Deus (Mt 12.28). Foi a unção do Espírito que capacitou Jesus e deu evidência de sua filiação divina (Mc 1.10). O poder do Espírito é a evidência da presença do Reino de Deus. Em Paulo, de igual forma, o Espírito é a garantia (2Co 1.22) de que Deus nos separou para si. O Espírito é o primeiro presente que recebemos de Deus que sinaliza o início do fim (Rm 8.23). O Espírito é o poder de Deus que gradativamente transforma os crentes na imagem de seu Senhor (2Co 3.18). Para Jesus e para Paulo, o Espírito é o sinal da ação presente de Deus no mundo.
- (5) Jesus resumizou a lei em apenas dois mandamentos: Amar a Deus sobre todas as coisas e o próximo como a si mesmo (Mc 12.29-31). Não parece haver dúvida quanto a historicidade desse pronunciamento (dessemelhança). Para Jesus, não era possível separar o amor à Deus do amor ao próximo, e toda a lei estava fundamentada sobre esses princípios básicos. E Paulo repete exatamente que toda a lei se resume em amar o próximo como a si mesmo (Gl 5.14; Rm 13.9). De onde Paulo tirou tal coisa, visto que esse “resumo da lei” não é encontrado em nenhum outro mestre do judaísmo do segundo templo? *“Em nenhum outro lugar a linha de continuidade e influência de Jesus a Paulo é tão clara quanto no mandamento do amor”*.

CONCLUSÃO

Diante de tudo isso, é correto afirmar que Paulo inventou o cristianismo? Que existe um “abismo” entre Jesus e Paulo? Que Paulo deturpou a mensagem de Jesus? Não, não e não. Paulo deu continuidade à mensagem de Jesus, e quem despreza isso, certamente deixou de considerar os aspectos mais importantes da teologia de ambos.

**APÊNDICE:
LITERATURA DE APOIO**

LIÇÃO 1

ALAND, Kurt; ALAND, Barbara. *O texto do Novo Testamento: Introdução às edições científicas do Novo Testamento Grego bem como à teoria e prática da moderna crítica textual*. Tradução: Vilson Scholz. – Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2013.

BRUCE, F.F. *Merece confiança o Novo Testamento?*. Tradução: Waldyr Carvalho Luz. – 3ª Ed. São Paulo: Editora Vida Nova, 2010.

CULLMANN, Oscar. *A formação do Novo Testamento*. Tradução: Bertoldo Weber. – São Leopoldo: Editora Sinodal, 1979.

KÖSTENBERGER, Andreas J.; KRUGER, Michael J. *A heresia da ortodoxia: como o fascínio da cultura contemporânea pela diversidade está transformando nossa visão do cristianismo primitivo*. Tradução: Suzana Klassen. São Paulo: Editora Vida Nova, 2014.

LIÇÃO 2

BLOMBERG, Craig L. *Introdução aos evangelhos: Uma pesquisa abrangente sobre os 4 evangelhos*. Tradução: Sueli da Silva Saraiva. São Paulo: Editora Vida Nova, 2009.

CARSON, D.A.; MOO, D.J.; MORRIS, L. *Introdução ao novo testamento*. Tradução: Marcio Loureiro Redondo. – São Paulo: Editora Vida Nova, 1997.

JEREMIAS, Joachim. *Teologia do Novo Testamento*. Tradução: João Rezende Costa. São Paulo: Editora Agnus, 2008.

LIÇÃO 3

BONY, Paul. *A ressurreição de Jesus*. Tradução: Odila Aparecida de Queiroz. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

CRAIG, W. L. *Em guarda: Defendendo a fé cristã com razão e precisão*. Tradução: Marisa K. A. de Siqueira Lopes. São Paulo: Editora Vida Nova, 2011.

EVANS, Craig A. *O Jesus fabricado*. Tradução: Elizabeth Stowell Gomes. São Paulo: Cultura Cristã, 2009.

PAGÁN, Samuel. *Jesus de Nazaré: Vida, ensinamento e significado*. Tradução: José Carlos Siqueira. São Paulo: Editora Hagnos, 2015.

WRIGHT, N. T. *A ressurreição do filho de Deus*. Tradução: Eliel Vieira. São Paulo: Paulus, 2013.

LIÇÃO 4

BLOMBERG, Craig L. *Questões cruciais do Novo Testamento*. Tradução: Degmar Ribas. Rio de Janeiro: CPAD, 2010.

BRUCE, F.F. *Paulo: o apóstolo da graça; sua vida, cartas e teologia*. Tradução: Hans Udo Fuchs – São Paulo: Shedd Publicações, 2003.

DUNN, James D. G. *Jesus, Paulo e o evangelhos*. Tradução: Nélcio Schneider. – Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017.